

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e quatorze realizou-se a Centésima Septuagésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, no Auditório da SEMA, situada à Av. Borges de Medeiros, 261, 15º andar, com o início às quatorze horas, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Neio Lucio Fraga Pereira**, Presidente do CONSEMA e representante da SEMA; **Sr. Torvaldo Marzolla**, representante da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa**, representante da FARSUL; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**, representante do Fórum Gaúcho dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Eduardo Alexis Lobo Alcayaga**, representante da Instituição Universitária Privada; **Sr. Daniel Chies**, representante da ONG Os Amigos da Floresta; **João Pessoa R. Moreira Junior**, representante do IBAMA; **Mauro Kruther Kotlhar**, representante da SES, **Carla Andreia Schuh**, representante da FETAG; **Alberto Niederauer Becker**, representante da SSP; **Sra. Sandra Berto**, representante da SERGS; **Sr. Darci Campani**, representante da Instituição Universitária Pública; **Sr. Pedro Henrique Correia Filho**, representante da SEPLAG; **Sra. Lisiane Becker**, representante da ONG Mira-Serra; **Sr. Diogo Machado Nunes**, representante da SDPI; **Sra. Silvia Rudek Wathier**, representante da FAMURS; **Sra. Ivonete Fatima Tazzo**, representante da SEAPA; **Sra. Lonita Tereza Ziani Gonçalves**, representante da SEDAC; **Sr. Itabajara Vaz**, representante do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul; **Sr. Rafael Volquind**, representante da FEPAM; **Ricardo José Núncio**, representante da SOP. Justificaram a ausência os seguintes conselheiros: Sr. José Homero Finamor Pinto, representante do CREA/RS; Sr. Jurandir João Farias, representante da SEINFRA; Sr. Adair Barcelos, representante da SEDUC; Sr. Paulo José Gallas, representante da SCIT; Sr. Paulo Brack e Sra. Maria Carmem Bastos, representantes da ONG INGÁ; Sra. Ana Lúcia Cruz, representante do Sindiágua; Sra. Adriane Moraes e Sra. Katiane Roxo, representantes da FECOMÉRCIO; Sr. Manuel Strauch e Sr. Rafael José Altenhofen, representantes da UPAN. Encontravam-se presentes: Sr. Enio de Paris, representante da Prefeitura de Bento Gonçalves; Cecília G. Cecconi, Marcelo Piccoli, João F. Neto, Elton L. Boldo, representantes da Todeschini S/A; Kuriakin H. Toscan, representante do IBAMA; Carolina F. Alencar, representante da Coordenação de Assessoramento Superior do Governo do Estado. Iniciando a sessão a **Sra. Ananda de Oliveira** faz o uso da palavra: “Boa tarde a todos! Gostaríamos de fazer a comunicação. Informamos que a SEAPA será representada pela Sra. Ivonete Tazzo; a SERGS será representada pela Sra. Sandra Berto; a SEPLAG será representada pelo Sr. Pedro Henrique Correia Filho; a FAMURS será representada pela Sra. Silvia A. Rudek Wathier; a SDPI será representada pelo Sr. Diogo Machado Nunes; a FETAG será representada pela Sra. Carla Andreia Schuh; a SES será representada pelo Sr. Mauro Kruther Kotlhar, nesta reunião. As justificativas de ausências que chegaram até o presente momento na Secretaria Executiva do CONSEMA: INGÁ; SCIT; UPAN; FECOMÉRCIO; SEDUC; SEINFRA; CREA/RS. Verificado o quórum de vinte (20) instituições presentes, iremos fazer a leitura e deliberação da ordem do dia. Passo a palavra ao Sr. Neio Lucio, Presidente do CONSEMA”. **Sr. Presidente**: “Boa tarde, senhores conselheiros e demais presentes! A proposta de ordem do dia é: 1. Resolução ad referendum (Prazo cadastramento Silvicultura); 2. Apresentação e discussão sobre os Planos Municipais e Conservação e Recuperação da Mata Atlântica; 3. Assuntos Gerais.” **Sra. Lisiane Becker**: “Só uma contribuição, no ano passado a gente pediu pra ver se tinha alguma proposta de como aprovar esse assunto, por que não tinha demanda. Desde o ano passado, foi comentado que teria uma linha de ação para esse cenário mudar e não mudou.” **Sr. Ivo Lessa**: Os

51 cenários (inaudível) demandas que foram trabalhadas, anterior a essa situação que então
52 (NÃO) foram construídos. Te digo, fizemos ali a ligação, tem uma proposta aprovada,
53 inclusive montada, mas ela está aprovada, consolidada, mas ela também, está havendo
54 algum início da aprovação, não é uma coisa tão rápida assim de mudança de temperatura do
55 processo dentro do setor. Acredito eu, concordo contigo, só nós fizemos aqui, daqui a pouco
56 desorganizados, em mutirões, em eventos, em comunicações das vendas da situação. Não foi
57 o que ocorreu, não vamos culpar nem A, nem B, nem C, eu acho que é uma questão de
58 prioridades. Foi isso. Essa é a situação. Eu acho que não podemos deixar, não é nem o meu
59 produtor, vamos dizer assim, (Inaudível) a Fulbra, desses setores, que vão exportar, café,
60 tabaco, o tabaco 40, 50 mil hectares plantados, sendo extinto, isso não podemos deixar mal,
61 é essa a situação. Ah, mas tu tá buscando licenciar novos empreendimentos. Não, regularizar
62 aquilo que já está (inaudível) e quem paga é o funcionamento. É isso. Nada mais do que
63 isso. **Sr. Neio Lucio:** Mais algum inscrito? Então, vamos colocar em votação: Quem
64 concorda com a resolução levante. **Sr. Rafael Volquind:** Aqui está escrito 15 de outubro, o
65 encaminhado pra nós, está 15 de dezembro. **Ananda de Oliveira:** É, salvaram no Pen Drive
66 o antigo, não o que foi enviado. **Sr. Neio Lucio:** Vamos olhar pra ver se tem mais algum
67 erro. **Ananda de Oliveira:** Mais algum erro, vamos lá olhar. **Sr. Neio Lucio:** Revejam, na
68 versão que chegou pra vocês está mais. **Ananda de Oliveira:** Já está certa a deles por e-mail
69 não a que está no Pen Drive. **Sr. Neio Lucio:** Considere a que vocês receberam, ok? Então,
70 quem concorda, por favor, levantar o crachá. Conselheiros? Pode baixar, quem discorda?
71 Abstenções? Aprovado como abstenção. Segundo ponto de pauta: Apresentação e discussões
72 sobre os planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica, proposta pela
73 ONG Mira-Serra. Por favor, com a palavra, Lisiane. **Sra. Lisiane Becker:** Boa tarde a
74 todos, esse tema está sendo trazido aqui, um pouco antes do início desta gestão. E a nossa
75 entidade, foi agraciada com o projeto do Ministério do Meio Ambiente, projetos
76 demonstrativos, alternativos da Mata Atlântica. Então, tivemos a possibilidade de fazer
77 planos em quatro (4) Estados, três (3) da região Sul e um (1) na região Centro-Oeste. Eu
78 tenho uma série, não vou me alongar, tem mais uma questão bastante polêmica depois, tem
79 um arcabouço legal, uma Constituição Federal, que estabelece a competência do município,
80 o que couber, depois sistema nacional, reforçado pela lei complementar cento e quarenta
81 (140), em relação ao ambiente. Depois tem a diversidade, que também corrobora com essa
82 visão de um todo na parte ambiental e no ordenamento territorial. Planos diretores, que as
83 vezes abordam questões ambientais. A lei onze mil quinhentos e vinte (11.520) que trata da
84 Mata Atlântica, nosso código estadual, como patrimônio natural. E finalmente a reserva da
85 biosfera e da Mata Atlântica, como sendo ponto de gestão territorial. O que é a reserva da
86 biosfera e da Mata Atlântica? Muitos de vocês não devem nem conhecer o que é isso, mas
87 ela está prevista no código, o Brasil é segmentário, e é uma das poucas reserva da biosfera,
88 no mundo, que funcionam bem. A do Rio Grande do Sul então, se destaca bastante no
89 cenário nacional, por que a reserva da biosfera é um instrumento de gestão territorial. Pra
90 quem quiser tem o site da reserva da biosfera da Mata Atlântica, tem a reserva do Cerrado,
91 da Caatinga, tem vários. A da Mata Atlântica é a melhor. Essa aqui seria uma das sugestões
92 de gestão territorial para a Mata Atlântica, onde nós temos uma zona núcleo, que é uma área
93 protegida, seja como a unidade de conservação ou por outro instrumento legal como a Área
94 de Preservação Permanente, e depois entra em uma zona de amortecimento, que é uma área
95 parecida com a da área da unidade de conservação, mas não tão estrita e depois temos área
96 de transição onde estão as cidades e vários tipos de empreendimentos. É um exemplo aqui,
97 essa aqui é de dois mil e sete (2007), nós tivemos ali na serra e aprovamos a zona núcleo que
98 ela parece um fígado verde, então da Reserva Particular do Patrimônio Natural. É uma área
99 de nascença, ela foi aprovada pela UNESCO, em uma Conferência na Coréia. Faz parte
100 agora do cenário, como vocês podem ver as partes amarelas são chamadas de zonas núcleos
101 das áreas de conservação, as cores laranja são de zonas de transição, onde tem intervenção
102 bastante forte humana e as zonas cinzas são de amortecimento, nessa área realmente é tudo
103 vegetado. (inaudível) com todo esse arcabouço legal, a onze mil quinhentos e vinte (11.520)

104 foi por que é lei da Mata Atlântica de 2006, ela tenta, regradar de uma maneira mais efetiva,
105 através de lei, o que o decreto setecentos e cinquenta (750) fazia mais ou menos. Como
106 decreto, ele não abrangia todas as especificidades de um país como o nosso, várias regiões,
107 vários recursos que tem na Mata Atlântica. Brevemente, estão dentro da lei, cem por cento
108 (100%) do território inserido, dentro do que a lei considera Mata Atlântica, nós temos
109 setenta e um por cento (71%) dos municípios que estão dentro da Mata Atlântica, tem cem
110 por cento (100%) do território abrangido, não é cem por cento (100%) dos municípios do
111 País, é os que estão nos dezessete (17) estados que possuem Mata Atlântica. Dos vinte e
112 nove (29), então nós temos aquela configuração aqui, de mais de trinta e um por cento
113 (31%) de Mata Atlântica, são sessenta e dois por cento (62%) dos municípios, daqueles vinte
114 e nove (29). Isso aqui é uma imagem que temos no Brasil, atualmente, sete por cento (7%)
115 são de matas bem constituídas ainda, um remanescente, significativo e vinte e sete (27)
116 considerando qualquer estágio de degradação ou de recuperação. Vai desde o estágio inicial,
117 que tá vindo, até formações com espécimes finais. No Rio Grande do Sul nós temos um
118 dado bem triste, entre dois mil e doze (2012) e dois mil e treze (2013), tivemos um aumento
119 de quarenta e três por cento (43%) no desmatamento, então, foi a segunda (2ª) vez que
120 aumentou nesses anos todos que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a
121 (inaudível 9:00) estão monitorando, e ele corresponde cinco (5) vezes o que é a media
122 nacional de vinte e nove por cento (29%). Nós estamos em oitavo (8º) lugar no
123 desmatamento, dos dezessete (17) estados que possuem Mata Atlântica. Uma situação
124 bastante grave. Considerando que nós aprovamos agora, uma resolução CONSEMA, que
125 fala da supressão de vegetação pelos municípios, então nem sabemos quanto que temos aqui,
126 por que pela lei, cinco por cento (5%) de remanescentes, aí pode o município intervir em
127 qualquer órgão ambiental, na vegetação, então não sabemos esse índice, não sei como vamos
128 aplicar a lei. Pra quem não está acostumado com Mata Atlântica, nós temos várias
129 formações aqui no Rio Grande do Sul, que o IBGE, fez o mapa, que ele traz a lei pra dentro
130 do mapa, esses aqui no Rio Grande do Sul, são as Florestas Ombrófila densa, que caracteriza
131 mais pela presença do palmito, que ele também já está ameaçado de extinção, mas a
132 presença mais forte é o palmito e várias epífitas e bromélias. Temos a Floresta Ombrófila
133 Mista, que é mais conhecida por que ela se caracteriza pela Araucária e pela presença do
134 Pinheiro-velho, Pinheiro-bravo. Principalmente ali para os lados de Lajeado e Passo Fundo
135 também tem bastante, embora também esteja ameaçada de extinção. Essa aqui é a floresta
136 Ombrófila Mista de vinte por cento (20%) a cinquenta por cento (50%) das árvores perdem
137 as suas folhas. Dá uma configuração diferente ao ambiente. Aí a reserva RPPN da Mira-
138 Serra, aquela que está subsumida na zona núcleo da biosfera. Os Campos de altitude, o
139 Eucalipto não faz parte. Ele tá ali por que tá difícil de tirar uma foto sem Eucalipto é
140 verdade. Eu procurei e não achei. Nós temos o Campo de Altitude, que não é o pampa, é
141 uma diferença da vegetação, com encaves de floresta aquela que a gente falou antes,
142 Floresta Ombrófila Mista e ainda temos a Restinga, que as pessoas não sabem que é Mata
143 Atlântica. Restinga é um ecossistema associado da Mata Atlântica, então muita atenção
144 nisso, nas regiões litorâneas. Aqui, para contextualizar, São Francisco de Paula que é um
145 município, que tá totalmente cem por cento (100%) dentro da Mata Atlântica, ele tem quatro
146 (4) ecossistemas que eu falei dos cinco (5). É bastante complicada a gestão. Só não tem
147 Restinga. (Inaudível). Que a lei, no mapa de aplicação dessa lei eles falam em questão
148 ecológica, Porto Alegre está dentro desta questão ecológica, pra se ter uma ideia que, aqui é
149 Caçapava, a gente encontra ali na placa, “Rota do Pampa Gaúcho” e na mesma altura tem,
150 “Cuidado travessia de Bugios”, Bugio ruivo, (Inaudível), eles tem menos de um por cento
151 (1%) de Mata Atlântica, mas o município não sabe disso, ele se considera Pampa, mas ele
152 tem um fragmento, que é tão importante que ainda tem Bugio que é atropelado. (Inaudível).
153 A lei da Mata Atlântica faz o que? Ela introduz como instrumento de gestão territorial, mais
154 forte, do que aquele da reserva da biosfera, que é uma gestão de pessoas, gestão de
155 empreendimentos. Aqui vai ser uma coisa bem mais focada, pela lei. O papel que estou
156 trazendo aqui está expresso nesse copiado, copiado e colado. Que é, quem participa, quem

157 apoia? Sociedade conhece? Não conhece. O governo federal define diretrizes e metas?
158 Parcialmente, nós não temos ainda, o fundo nacional de instauração do Bioma. Apoio a
159 execução? Nós tivemos um projeto e acabou ali. Os Governos Municipais, executam o
160 planejamento em escala local na Mata Atlântica? Dificilmente, aqui no Rio Grande do Sul
161 tivemos três (3) que fizeram, como estão fazendo agora, eu não sei. Eu abreviei PMMA, pra
162 não ficar escrevendo, é Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica,
163 no cenário nacional a gente chama de PMMA, por que já é nosso conhecido. Ele aponta
164 ações prioritárias, para áreas de conservação e recuperação da Mata Atlântica, e também da
165 biodiversidade, com base em um mapeamento, é a única coisa interna, que é com base no
166 mapeamento. Então, esse plano, ele vai ter que dar subsídios pra governos ambientais de
167 ação, dentro do município. Que tá em consonância com outras normas municipais. Bom, o
168 estado tem que se articular, ele não pode ser uma coisa assim, diferenciada, é que nem o
169 Ibama e o Município com o Saneamento Básico. Com aquele nosso Plano Municipal
170 Ambiental e tem que estar articulado com outros documentos do município. Como por
171 exemplo, o Plano Diretor, que é óbvio, que muitas vezes já fala alguma coisa ambiental,
172 Plano de Bacia Hidrográfica, no caso estamos projetando aqui, as cinco (5) Bacias que
173 existem no Município, São Francisco de Paula, com bastante vegetação, (Inaudível) no
174 ecossistema da Mata Atlântica, Planos de Manejo de Unidades de Conservação, tem que
175 estar em sintonia com isso, também, Agenda vinte e um (21), o Plano de Saneamento
176 Básico, as vezes com o Plano Municipal de Educação. Então, tem que ter realmente uma
177 rica de uma atenção com esses outros documentos. A Elaboração do plano, ele promove o
178 que? Uma discussão na sociedade, por que ele não fica restrito ao gestor fazer o plano, ele
179 tem que ser discutido e validado pela sociedade, e no final, tudo isso no final, pelo
180 Conselho. Aqui tem algumas coisas que, essa junção do Plano Diretor com o Plano da Mata
181 Atlântica, ele seja, política de desenvolvimento econômico, sociocultural, ambiental,
182 ordenamento do território municipal, isso é básico, nós não temos assim, são exceções na
183 verdade, nós temos um planejamento territorial substancial, que realmente seja cumprido, a
184 gente vai dar um jeitinho ali, um jeitinho aqui, e vai se driblando os vários planos. Diretrizes
185 e instrumentos de uso e ocupação do solo, aqui tem também, uma figura bem clara de como
186 se integra o Plano Diretor com o Plano Municipal de Mata Atlântica, as áreas prioritárias,
187 qualidade de vida, sustentabilidade do município eles interagem em todos os planos, com os
188 objetivos desses planos. Aí temos alguns outros dados também, quem possui o Plano
189 Diretor, como o Plano Diretor, já muitos municípios estão na revisão, é uma oportunidade de
190 aliar o Plano de Mata Atlântica, no seu Plano Diretor. Vejam bem, Plano de Mata Atlântica,
191 não está dentro do Plano Diretor, com base assim, “um capítulo do Plano Diretor” Não. Ele é
192 um Plano. Mas ele tem que se integrar com o Plano Diretor, assim como o de Saneamento,
193 ele tem que conversar com o Plano Diretor, mas não está dentro, ele tem uma estrutura
194 própria. Muitos têm cinquenta e quatro por cento (54%), no Brasil, tem plano, e com o
195 parcelamento do solo, como zonas prioritárias que é exigido, a maioria não tem. Então, é
196 mais uma oportunidade, com o Plano de Mata Atlântica, fazer esse estudo. (Inaudível) Aí o
197 decreto que regulamenta a lei onze mil quatrocentos e vinte e oito (11.428) é o seis mil
198 seiscientos e sessenta (6.660) , então ele vai falar, quais são os requisitos mínimos que devem
199 contar nesse Plano de Mata Atlântica. São três. Diagnóstico da vegetação nativa, aí que é o
200 problema, mapeamento, só que aqui no Rio Grande do Sul nós temos uma vantagem, por
201 que na época do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA), vários municípios,
202 centenas de municípios, fizeram mapeamento graças a FAMURS. FAMURS fez um trabalho
203 muito bom nesse sentido, de capacidade até produzir mapas nessa escala mesmo, o mínimo
204 é um por cinquenta mil (1:50.000) e foi o que foi feito, então vários municípios, todos
205 municípios que fizeram SIGA, apresentaram esse mapa, então eles já tem um mapa de
206 cobertura vegetal, embora defasado, é uma questão só de atualizar, não de produzir um
207 novo, então não seria esse problema que muitos alegam, vai procurar lá que tá... Indicação
208 dos principais vetores de desmatamento, por que, que acontece no município? Por que está
209 tendo desmatamento? É ilegal? É coivara? É indígena? É crescimento desordenado da

210 população? Estão construindo casinha ali, casinha lá, então esses tipos de vetores que estão
211 ocasionando esse desmatamento. Tem que identificar, por que é isso que nos planos
212 ambientais que a gente conhece, também precisava. Indicação de áreas prioritárias que é pra
213 conservação e recuperação, não adianta a gente ter o diagnóstico e não fazer nada, “vamos
214 parar por aqui, então, deixa assim” Não. Aonde é que nós queremos conservar, aonde é que
215 nós queremos recuperar, por isso é, um instrumento de gestão territorial. E essas indicações
216 e ações que o diagnóstico na verdade faz a identificação dos principais vetores. Indicações
217 de ações preventivas, então, o que nós vamos fazer para que não ocorra mais esse
218 desmatamento. Esses planos, claro, não é a Prefeitura (Inaudível) só para a Prefeitura, na
219 verdade o Conselho do Meio Ambiente Municipal, também pode pedir pra fazer esse plano,
220 uma ONG, pode pedir, desde que a Prefeitura, é claro, que é a quem cabe executar, vai ter
221 que ser parceiro, mas então, no caso do município querer fazer esse plano, ele pode contar
222 com várias parcerias, não precisa sair tudo, do coitado do técnico que fica ali, oito (8) horas
223 por dia, ou até muito mais, depois do expediente, tentando resolver o problema do
224 município. Aí vai cair só para aquele técnico, meia dúzia de técnicos que tem ali dentro, não
225 precisa. As universidades, as ONG’s são parceiras, a indústria, já tive parcerias de indústria,
226 então tem várias entidades que podem trazer dados, e o próprio Conselho de Meio
227 Ambiente, ele vai ser parceiro, no caso trabalhamos com Igrejinha, no Rio Grande do Sul;
228 Donna Ema, Santa Catarina; Curitiba, no Paraná; Jardim, Mato Grosso do Sul (Inaudível)
229 elaboram seus planos com a nossa parceria, (Inaudível) conseguimos verba pra isso dentro
230 do projeto piloto, e controlamos, monitoramos todos esses planos, onde estavam sendo, onde
231 estavam levando, onde estavam indo. Então aqui nessa imagem, que o Conselho, a lei fala
232 que, o Conselho tem que aprovar, mas não cabe só a ele aprovar, não basta isso. O Conselho
233 pra aprovar, tem que conhecer. O necessário é que o Conselho já seja, inserido desde o
234 início. Então, tudo isso que estou explicando pra vocês, o que é o Plano? Como se faz?
235 Depois tem o detalhamento do plano, tudo isso o Conselho tem que acompanhar, uma vez
236 por mês, tudo bem, mas ele tem que estar sabendo o que está acontecendo pra na hora que
237 voltar, voltar conscientemente, não mudar tudo na última hora, ele vai acompanhando esse
238 processo. As audiências públicas também são muito importantes, isso vai variar de
239 município pra município, em Curitiba, como era muito grande o Município, um excesso de
240 informações, basicamente foi o Conselho que trabalhou. Já em Dona Emma, que é um
241 município pequeno, teve várias audiências, foram vários locais fizemos reuniões com a
242 comunidade, pra conhecer, discutir lá, dados e depois pra validar, e junto com o Conselho no
243 final (Inaudível). Então isso depende, aqui em Igrejinha, foi a mesma coisa também,
244 basicamente ficou mais com o Conselho, por outros motivos. Em Jardim, teve também
245 audiências públicas, então, trabalhando a particularidade do município, não existe uma regra
246 fixa. Quais são as oportunidades dos planos de Mata Atlântica, para nós? (Inaudível).
247 Primeiro, oferta de água, hoje, ninguém pode negar que a mata (Inaudível), com São Paulo
248 aí gritando, nós sabemos que há um problema de desmatamento da Amazônia, há um
249 problema de desmatamento, no entorno da Serra da Cantareira, então todo mundo está
250 sabendo, que água, vegetação e animais que dispersam, outro detalhe, o maior fator de
251 dispersão da mata, é o animal, da Mata Atlântica, a Mata Atlântica se caracteriza por isso,
252 isso ocorre, essa disposição feita através de animais é o que mantém a floresta, sendo
253 renovada, e a floresta, o que ela faz? Ela mantém a água, em quantidade e qualidade, então
254 nós temos aí, uma coisa bem fechada dentro da Mata Atlântica, que qualquer elo, dá esses
255 problemas que estamos enfrentando. A captura e estoque de carbono, então a oportunidade
256 que o plano tem, é de manter esses (Inaudível) que ainda existem no município, para poder
257 participar do processo de combate as mudanças climáticas, essas fotos, todas são do Rio
258 Grande do Sul, não é nada de outro lugar, essa seca (Inaudível). Como desenvolvimento de
259 ecoturismo, que gera renda, ninguém vai para um lugar que é feio, todo mundo quer fazer,
260 passeio, cavalgada, trilha, pescar, velejar, em lugares bonitos, ninguém quer um lugar podre,
261 sem vegetação, pegando sol na cabeça, então, isso gera renda, é só saber aproveitar. E os
262 planos ajudam nisso, a identificar esses lugares, que tem potencial, pra um turismo

263 sustentável, que gera renda pra própria comunidade. A conservação *in situ* da
264 biodiversidade, não adianta dizer que tem zoológico pra isso, que zoológico não resolve esse
265 problema, então tem que ter a criação *in situ* até mesmo, pra essa dispersão de sementes, vou
266 dar um exemplo pra vocês, o (Inaudível) que é uma espécie daqui do Rio Grande do Sul,
267 praticamente não existe mais, por que a (Inaudível) que dispersava essa semente grande,
268 também não existe mais, então, já comprometeu uma espécie, que se é chave ou não, a gente
269 só vai saber daqui a pouquinho, tem alguns animais que até substituem a função, tem outros
270 que não, tamanho dessa semente é muito grande, só animais de grande porte pra dispersar.
271 Aqui botei alguns casos, embaixo no meio tem a (Inaudível), um bugio e um tucano,
272 (Inaudível) aqui no estado (Inaudível). Em cima temos a Araucária, ali, uma ação da ONG,
273 que a gente fez um trabalho de dez (10) anos na Rodovia RS vinte (20), sendo que tivemos
274 uma alta mortalidade de animais, que ali é uma área rica em biodiversidade e os carros vão
275 passando e atropelando. A indicação de áreas com potencial, uso sustentável e recursos
276 naturais, então ali temos um reserva indígena Charrua, e em baixo uma casa de mel, então
277 são usos de recurso, que de uma certa maneira, são sustentáveis, claro, existem sempre os
278 dois extremos, mas a rigor são usos sustentáveis dos recursos naturais, é isso que o plano,
279 também vai ajudar, aquelas áreas em pode haver um uso mais tranquilo, sem a pressão
280 imobiliária, sem a pressão de rodovias. Pesquisa científica e desenvolvimento de produto, é
281 outra oportunidade também, por que no momento que tem esses animais e plantas,
282 conservadas *in situ*, tu também tem acesso a biodiversidade no que tange a estudos de novos
283 fármacos. A jararaca, também é fonte de químicos, parte química, que envolve vários
284 remédios pra nós, no caso ali o maracujá, todo mundo sabe o potencial que o maracujá tem,
285 então já é utilizado. Sem essas plantas, nós não temos acessos a muitos princípios ativos,
286 que várias espécies já estão sendo extintas e poderiam ter o princípio ativo para várias
287 doenças que hoje ainda não tem cura. A restauração de áreas, esse plano vai dizer o que?
288 Qual é a área principalmente? Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata
289 Atlântica, nós temos também que ter diretrizes, pra aonde que nós precisamos recuperar,
290 prioritariamente, todo mundo sabe que pela lei, são as Áreas de Preservação Permanentes,
291 são as Reservas Legais, essas várias formações de corredores também, então nós precisamos
292 ter viveiros que também geram renda, isso é uma grande coisa que está faltando, quando vai
293 fazer uma compensação ambiental, “Cadê o viveiro pra trazer um” A gente sempre vê
294 aquelas palmeirinhas, sendo plantadas, ou é pata-de-vaca, sempre a mesma coisa, isso não
295 gera biodiversidade e não ajuda muita coisa. Aqui temos um exemplo perto, que cortaram
296 tudo que é uma bela de uma floresta sensacional, e agora é tudo palmeirinhas, foi a
297 compensação em palmeirinhas. Ações de fiscalização, que é outro drama nos municípios, é
298 essa parte da fiscalização, normalmente é a sociedade civil que chama, e não tem retorno,
299 então no momento até como aqui no Estado foi recentemente criado um departamento pra
300 isso, parabéns. Os municípios também precisam, ter agentes desta fiscalização, por que não
301 adiante estar conservando e recuperando de um lado e os outros desmatando do outro lado.
302 Nem sabe a pressão que existe em municípios, pra que isso não aconteça, que essa
303 fiscalização não seja efetiva. Isso é uma coisa que tem que pensar bastante e no plano tem
304 que estar bem claro, como é que vai se dar. Proteção de áreas frágeis, de riscos, como vários
305 casos que repetem ano a ano, saem na mídia e o problema continua o mesmo, deslizamentos,
306 desmoronamentos, e assim vai, assoreamentos de nascentes, assoreamentos de leitos de rio
307 que vai (Inaudível) e/ou vai escorrendo. Quase finalizando, Plano Municipal da Mata
308 Atlântica, ele vai dar o que no final? Vai dar linhas de ação, pode ser que a gente piore, pode
309 ser que a gente mantenha como está, pode ser que nós tenhamos graus evolutivos para uma
310 melhoria da qualidade de vida e ambiente. Basicamente a gente trabalha com isso aqui, a
311 tabela ficou meio incompleta, definição de visão de futuro, o que a população quer? Então
312 nessas audiências, a população vai dizer como é que ela imagina, existem várias técnicas pra
313 isso, que não vou entrar no mérito agora, várias técnicas de, dependendo do grupo se
314 aplicando ao outro, pra definir como é que a população imagina o seu futuro com a Mata
315 Atlântica, então, (Inaudível) aspectos físicos e ambientais, então tem cenários tendenciosos,

316 estagnação e desenvolvimento e cenário ideal, que foi aquelas flechinhas que a gente
317 mostrou antes. Então vamos pegar ali, áreas degradadas nas APP's, cenário de estagnação,
318 seria aumento da degradação, cenário de desenvolvimento seria em processo de recuperação
319 e o ideal seria as APP's totalmente recuperadas. Isso é um cenário. Aí, a população vai ter
320 chance, dentro da APP, a gente já vai estar no segundo, como é que ela quer, aumenta a
321 degradação? Será que é um processo de recuperação? Como é que ela deseja, aí eles vão
322 montando esse plano em um processo participativo. No final fica uma coisa assim, fica ação,
323 revitalização do rio X pelo plantio, por que é APP, só dando um exemplo da recuperação,
324 recuperação mata ciliar e o grau de prioridade, alto, uma prioridade muito grande pra esse
325 município, tem que ser em curto prazo, a coisa tá bem ruim, as metas, os prazos, o prazo é
326 muito interessante, é aquela coisa, para sempre, quem são os autores envolvidos, principais
327 beneficiados, fonte de recursos, também é outra coisa bastante importante, e exigências
328 legais para que isso aconteça, então tem também um amparo legal pra fortalecer, a ação do
329 plano. Quais são os incentivos pra quem faz isso? "Ah tá muito bem, a gente fez o plano,
330 bacana, cadê o dinheiro? Como é que nós vamos fazer?" Então, o principal, ainda não existe.
331 A lei, decreto, fala que existe um fundo, existe um fundo criado, foi feito antes do fundo
332 (Inaudível) então esse fundo já existe, o problema é, que eu reclamo, toda a vez que vou pra
333 Brasília, é por que que não fizeram ainda? Semana que vem de novo, estarei, (Inaudível) a
334 lei é de dois mil e seis (2006) e até hoje, nós não temos o fundo. Fica ruim pro município,
335 "Ah, vou fazer o plano, mas cadê o fundo? Pra me dar dinheiro pra..." Primeiro, que a gente
336 não depende só do fundo, (Inaudível), ele tem que pensar na sua gestão territorial, no que
337 interessa para ele, nós temos outros mecanismos, outros instrumentos de fontes de recursos,
338 não precisa ser um fundo que não existe, só que fica, quem nasceu primeiro, o ovo ou a
339 galinha? Ou nós fazemos o fundo e os municípios fazem o plano, ou os municípios fazem o
340 plano e forçam o Governo Federal a implementar o fundo de restauração da Mata Atlântica,
341 que é o que está faltando, já ouvi quinhentos (500) tipos de desculpas para que isso não
342 aconteça, na última reunião disseram que iam começar, vamos ver. Então exemplos, para a
343 gente não dizer que ficou só no vazio o discurso, existem municípios que estão acreditando
344 nisso e estão fazendo, no momento temos, até, desde quem está pensando em fazer, nós
345 temos pouco menos que cem (100) municípios no Brasil, é pouco, frente a quantidade de
346 municípios a extensão que ainda tem remanescentes da Mata Atlântica. João Pessoa foi o
347 primeiro plano municipal de Mata Atlântica a ser feito no Brasil, foi a própria equipe que
348 fez, tive a oportunidade de presenciar lá o lançamento, eles tem um ladinho de Mata
349 Atlântica, nada, e a Restinga que fica no litoral, então tá protegido, plaquinhas aqui e ali,
350 parece que deu um problema, que eles infringiram o próprio código, mas valeu que foi o
351 primeiro. Igrejinha, aqui no Rio Grande do Sul, foi o primeiro do estado, (Inaudível) esses
352 que tem asterisco, foi a Mira-Serra que realizou, então a principal atenção deles foi a
353 recuperação da vegetação da Mata Ciliar, (Inaudível) na Bacia dos Sinos, obviamente que
354 esse daí é o principal objetivo deles, entre outros, mas esse é o que se destaca mais. Caxias
355 do Sul, foi a própria prefeitura que fez, essa gestão (Inaudível), ele botou muito perto essa
356 integração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) com a Mata Atlântica, então eles atendem *in*
357 *loco*, é uma coisa bem mais fortalecida, também é um município grande, com muitos
358 problemas, eles aproveitaram já um (Inaudível) do Arroio Marrecas, pra fazer a unidade de
359 conservação e já colocar dentro do plano, embora fosse um (Inaudível) anterior ao plano,
360 mas estão, realmente bem empenhados. Dona Emma, foi o primeiro de Santa Catarina, ele
361 foi elaborado uma mapa bem singular, por que estava muitos tremores lá na terra, então
362 querendo pessoas (Inaudível) por que que tinha tanta tremedeira no lugar, por que tremia
363 muito a terra lá, eles tiveram problema, e eles também tinham problema em relação com a...
364 Todo mundo de Santa Catarina parece que tem problema, com o órgão ambiental Estadual,
365 por que ele dava autorização de desmatamento sem (Inaudível) então esse é um problema
366 que eles relatavam. Maringá, foi o primeiro do Paraná, e se sobressai também, por que o
367 Secretário de lá, ele já vinha de uma ONG da Amazônia, e ele conseguiu a proeza de colocar
368 sessenta (60) metros de APP nos cursos d'água urbanos, então tem manchas grandes, tem os

369 dois pulmões que eles chamam, bem no meio da cidade, com vegetação, e é uma cidade
370 realmente, quem quiser, olha no Google Earth, tem, Maringá realmente é uma cidade que se
371 sobressai, em termos de gestão e qualidade ambiental, para a Mata Atlântica (Inaudível).
372 Curitiba, então, também, foi nós que fizemos, então é um excesso de informação, o que uns
373 não tem, Curitiba tinha um monte de informação, só que no final, ficou uma coisa assim,
374 quase um atendimento à demanda da própria Secretaria Municipal de Curitiba. Já tinha um
375 projeto muito forte, com metas, programas, então, pra entrar em um consenso, por que o
376 próprio Conselho já tinha trabalhado nisso, ficou a base, fundo o subsídio maior foi desse
377 programa de Curitiba, que está dando problema, por que, (Inaudível) trocou o governo, eles
378 pediram de novo o plano, sumiu o plano, então está meio complicado lá. Jardim, também foi
379 o primeiro do Mato Grosso do Sul, e a questão lá é, é ou não é Mata Atlântica? Inclusive,
380 quando fui ver com o Secretário lá do Mato Grosso, ele disse que não tinha Mata Atlântica
381 no Mato Grosso, assim como no Piauí também não tem, eles querem tirar do mapa do IBGE,
382 os fragmentos de Mata Atlântica, esquecer a razão e pronto, bom aí fica mais fácil, por que
383 não tem lei, a lei ela exige bastantes técnicos pra avaliar. Então por fim, nós estamos
384 disponibilizando, até a FAMURS é muito parceira nisso daí, o DVD, enviado gratuitamente
385 para os municípios e para as entidades que queiram colaborar, fomentar, com os Planos de
386 Mata Atlântica, então aqui tem os quatro (4) planos, na íntegra. A gente, não tá colocando
387 nem na internet, por que a gente está querendo saber quem está pedindo, pra ter uma
388 avaliação de quais são os municípios, quais são as entidades que estão interessadas. Tem
389 informações sobre o Pacto da Mata Atlântica, que é o um pacto nacional, muito importante,
390 onde todos os setores, tanto governo e não-governo estão ali, para recuperá-la, a Mata
391 Atlântica. Tem informações sobre a reserva da biosfera. Tem um documentário foto
392 filmográfico, do que foi o nosso processo, de construção desses planos e tem esse manual,
393 que parece muito bonito assim, mas que ele está aqui dentro, então esse aqui é mais
394 ilimitado, quando a gente faz um curso, ou coisa assim, a gente manda. Tem paisagem do
395 estado, dos principais lugares, então ele fala como é que se faz, ele tem noções, de tudo,
396 como montar um plano. E mais tarde saiu, em cima desse trabalho do (Inaudível) saiu esse,
397 lições aprendidas na Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, também, que a gente
398 está disponibilizando, em curso, edição ilimitada. Então foi feito, tudo em cima dessas três
399 (3) ONG's, foi aqui na Região-Sul e Centro-Oeste, nós temos quatro (4), na Região
400 Nordeste, foram dois (2) ou três (3) municípios, e na Região Sudeste foi um (1) município
401 só. Então, todos esses trabalhos, tá nesse resultado aqui. Como a gente coloca aqui tem o
402 nosso e-mail, quem se interessar em divulgar ou em fomentar o seu município, a gente está
403 fazendo uma assessoria gratuita, já estou fazendo pra dois (2) municípios, claro, não vou
404 montar o plano né, em um até vou montar, (Inaudível) uma assessoria, pra ajudar, mostrar o
405 que que é, como fazer, (Inaudível) está fazendo alguma coisa, além do DVD que já é
406 também, um subsídio. Então, era isso. **Sr. Neio Lucio:** Obrigado Lisiane. Nós tínhamos nos
407 passado aqui, não tínhamos colocado em votação, uma solicitação de inclusão de pauta na
408 reunião do Conselho de um Ofício vindo da Secretaria Geral do Governo da prefeitura
409 Municipal de Bento Gonçalves. Então, diz o seguinte: “Ao cumprimentá-lo, rogamos a
410 Vossa Senhoria a inclusão, na pauta da reunião ordinária número cento e setenta e um (171)
411 do CONSEMA, da discussão do projeto de ampliação da empresa Todeschini SA, com
412 vistas a um futuro parecer desse Conselho, salientando que se trata de assunto de extrema
413 importância e relevante interesse social, tanto para nosso Município como para a Secretaria
414 Municipal do Meio Ambiente e Secretaria de Gestão Integrada e Mobilidade Urbana, que
415 estão unindo forças e apelando ao CONSEMA esta ajuda. Tendo em vista a urgência da
416 matéria, encarecemos a gentileza de Vossa Senhoria na viabilização possível de nosso pleito,
417 pelo que agradecemos antecipadamente apresentando nossa estima consideração. Assina
418 Ênio de Paris, Secretário Geral de Governo.” Solicitado colocar na Pauta... Quem concorda,
419 por favor levante o crachá, pode baixar. Quem discorda? Abstenções? Aprovado. **Sra.**
420 **Lisiane Becker:** Só deixa eu fazer um comentáriozinho que faltou, que foi algo que fiz, que
421 eu encaminhei, (inaudível) é que na última reunião, além do Ofício eu pedi pra que fosse

422 incluído, um pedido pra ver se podemos tocar, a nível de Governo Estadual, um projeto ou
423 um programa, uma campanha para os Planos de Mata Atlântica, não falei por que não estava
424 escrito ali, me passou. Mas isso aí eu queria que fosse assim. **Sr. Neio Lucio:** Agora pode
425 apresentar em janeiro, pro próximo Presidente, pro próximo Governo. Agora, fica difícil
426 apresentar o Plano agora. **Sra. Lisiane Becker:** Mas podia pelo menos ser passado pra
427 alguma câmara técnica. **Ananda de Oliveira:** Pode ser passado pra câmara técnica, o Ofício
428 que tu encaminhaste, inclusive, foi passado, com teu questionário, as dúvidas que envolve
429 também, a questão da Mata Atlântica, a gente, já tá encaminhando para os responsáveis...
430 **Sra. Lisiane Becker:** (Inaudível) Faz quatro (4) meses que eu encaminhei esse Ofício,
431 pedindo... Que pelo menos, assim ó, pode até ser votado aqui, se fosse visto por uma câmara
432 técnica, qual câmara técnica caberia, fazer uma análise pra ver a potencialidade, de fazer
433 uma campanha ou um programa, mas até uma campanha, não precisa ser um programa
434 (Inaudível). **Ananda de Oliveira:** Tem uma proposta Lisiane? De qual Câmara técnica que
435 pretende... **Sra. Lisiane Becker:** Pode ser a Gestão Compartilhada, por exemplo, que
436 trabalha com os municípios, que a quem cabe. **Ananda de Oliveira:** Sim, pode sim,
437 encaminhamos então pra câmara técnica. **Sr. Neio Lucio:** Agora a Câmara técnica de gestão
438 compartilhada ela tá mais 'soft', terminou a sua tarefa (Inaudível). **Ananda de Oliveira:**
439 Não, encaminhamos então, pra câmara técnica gestão compartilhada. **Sr. Neio Lucio:** Vamos
440 aqui, votar a sugestão de que se faça o debate, sobre os Planos Municipais de Mata
441 Atlântica, na câmara técnica de gestão compartilhada, quem concorda, por favor levanta o
442 crachá? Obrigado. Quem discorda? Abstenções? Aprovado. **Sr. Ivo Lessa:** Em primeiro
443 lugar, parabenizar a Lisiane, (Inaudível), pois eu acho que, queria pedir que disponibilize pra
444 todos os Conselheiros a apresentação, eu discordo desse, (Inaudível) olha, quando foi
445 colocado quarenta por cento (40%) de aumento do desmatamento no Rio Grande do Sul, na
446 Mata Atlântica, acho que esses dados devem ser confirmados. Eu gostaria (Inaudível), junto
447 com a apresentação, a Lisiane nos passasse aonde tem esses dados, que na verdade é que nós
448 sabemos (Inaudível) unidade florestal, (Inaudível) seis por cento (6%), sete por cento (7%)
449 de cobertura florestal, tá vinte e quatro por cento (24%), vinte por cento (20%), então existe
450 uma contradição nesses números. (Inaudível) E outra coisa é, que quando botam a imagem
451 de um Bugio na duzentos e noventa (290) e fala em Caçapava e se fala que havia resquícios
452 de Mata Atlântica, aí confunde, Secretário, confunde, o que nós estamos falando é do mapa
453 do IBGE. O mapa do IBGE, diz que Caçapava é Bioma-Pampa, então não podemos mais
454 fazer esse tipo de confusão e continuarmos construindo essa confusão, e daqui a pouco
455 formos cobrados, por que tivemos trezentos (300), quatrocentos (400) (Inaudível) não
456 estamos contribuindo pra avançar, estamos contribuindo pra complicar cada vez mais, então
457 eu acho, que é isso que deve ficar bem claro, dentro desse processo, o que que é a Mata
458 Atlântica? (Inaudível) Tem? Que ótimo que tem. Mas existe um mapa do IBGE, que diz que
459 é uma coisa e tu diz que é outra coisa, é o que é e onde está baseado, toda a lei Federal,
460 então é isso que a gente tem que definir, claramente pra poder avançar nas políticas de
461 implantação de cadastro, mapas, alguma coisa, até pra daqui a pouco crucificar (Inaudível).
462 **Sra. Lisiane Becker:** Só pra dar a tua resposta, já pra deixar bem claro pra todo mundo, não
463 fui eu que coloquei a placa ali do Bugio. (Conversa paralela Inaudível). O Bugio é uma
464 espécie, endêmica da Mata Atlântica, e outra, e não desconsidera o mapa do IBGE, por que
465 se tu olhar no final da minha agenda, tem entraves, zonas de tensão, que estão contemplando
466 essas áreas, exatamente essas áreas, que tem esse pequeno percentual. O Inpe, é um dado do
467 Inpe, (Inaudível), esse cenário de desmatamento, outra coisa, como tava mostrando naquela
468 figura ali, existem também, (Inaudível) uma baita de uma diferença na hora de computar o
469 percentual de vegetação, uns consideram, (Inaudível) de qualquer tamanho, qualquer tipo de
470 estágio, outros não, outros só consideram fragmentos bem conservados, pela lei tanto faz, se
471 é inicial, se é secundário, avançado (Inaudível). **Sr. Neio Lucio:** Nós vamos ter um dado
472 mais objetivo com o término do inventário florestal que está sendo feito no Rio Grande do
473 Sul, e mais os mapas do CAR, mais os novos mapas do Estado, a carta cartográfica do
474 estado, a cartografia do estado que está sendo feita no momento. Quem é que vai apresentar

475 o debate de Bento Gonçalves? É o Sr. Ênio? Ênio de Paris, por favor, Secretário de governo
476 do Município de Bento Gonçalves. Como vai? Seja bem-vindo. **Sr. Ênio de Paris:**
477 Inicialmente nós, queremos agradecer, o Secretário e a Ananda também, por esse espaço e
478 agradecer, os Conselheiros e Conselheiras pela aprovação e que a Todeschini possa expor
479 então, ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, a questão da ampliação da empresa,
480 empresa que, aqui nós temos a presença do Presidente da Companhia, Presidente da
481 Todeschini, Senhor João Farina Neto, também temos os técnicos, Cecília e Elton, presentes,
482 e o Doutor Marcelo, para que se esclareçam, ao Conselho, a importância dessa ampliação e
483 para que se estude junto ao Conselho Estadual também, essa questão de um licenciamento
484 ambiental, trago aqui então, a nossa preocupação como Município, e de Municípios
485 inclusive, da região por que a Todeschini, com a sua ampliação terá benefício direto a dois
486 mil (2000) funcionários e mais, a ampliação de mais uma unidade com quatrocentos (400)
487 funcionários, que terá, portanto fornecimento de matéria-prima para a sua produção. A
488 Todeschini que é uma empresa, tradicional de Bento Gonçalves, então nós agradecemos,
489 mais uma vez ao Conselho em dar essa oportunidade para que os técnicos possam aqui
490 apresentar, o cenário, enfim, o projeto dessa ampliação da Todeschini AS. Agradeço em
491 nome do Prefeito Pasin e os prefeitos da região também, por conceder esse espaço, muito
492 obrigado. Peço então a Cecília e ao Elton que faça a explanação. **Sra. Cecília:** Bom, boa
493 tarde a todos, eu sou responsável pela parte ambiental da empresa, e a três (3) anos atrás,
494 que estamos trabalhando no processo de ampliação da fábrica Todeschini de Bento
495 Gonçalves. E há um (1) ano e meio (½) que a gente protocolou um processo de
496 licenciamento ambiental e nas avaliações e análises do processo, nós chegamos a um Estudo
497 de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e nesta
498 (EIA/RIMA), nos foi solicitado umas documentações. A gente está em trabalho de todo um
499 processo de EIA/RIMA e dentro do tempo de referência, que tem um item que nos foi
500 solicitado um decreto federal. E então fomos à busca disso. Nós estivemos em Brasília com
501 esta solicitação do decreto Federal e aí, nós solicitaram trabalhar na parte do Baixo impacto
502 ambiental que é uma canalização de um pequeno córrego que nós temos dentro do projeto.
503 Para podermos viabilizar a ampliação. Se não tivesse esta canalização, neste córrego, não
504 viabiliza o empreendimento, a instalação da empresa e do empreendimento. Em momento
505 algum, a empresa está querendo sumir com este córrego. É somente canalizar ele, e vai
506 continuar abastecendo o arroio, sem problema algum. Então o Elton vai fazer toda a
507 apresentação ele vai explicar adequadamente todo este trabalho que já está fazendo. A
508 Todeschini está instalada em Bento Gonçalves a Cinquenta e cinco (55) anos já que ela
509 existe. Ela tem todo um trabalho em função desta ampliação, será implantada uma outra
510 empresa. Esta inclusive fora de Bento Gonçalves, em Cachoeira do Sul. Mas tudo vai
511 depender da viabilidade deste empreendimento. Então o Elton vai expor para vocês ele está
512 conduzindo o EIA/RIMA pra FEPAM, então ele tem todos os dados e informações de
513 adequadas agora para passar para vocês, e as dúvidas que tenham, nos questionem, pois
514 estamos aqui à disposição. **Sr. Elton:** Boa tarde a todos. Meu nome é Elton, sou biólogo de
515 formação, e coordenador da parte responsável pela EIA/RIMA, estudo licenciamento
516 ambiental. Então a gente quer apresentar de uma forma resumida, e colocar a disposição
517 também, todos os estudos que estão em realização ainda do projeto de ampliação então, de
518 uma forma resumida a gente quer apresentar, essa é a imagem da empresa Todeschini hoje,
519 atualmente fábrica, construída em dois mil e quatro (2004), com dez (10) anos ela possui
520 uma área, aproximadamente de sessenta mil metros quadrados (60.000m²) de área
521 construída, totalmente no município de Bento Gonçalves, hoje. É uma empresa que já tem
522 mais de setenta (70) anos, então hoje, precisamente setenta e cinco (75) anos, tem sua sede
523 em Bento Gonçalves de origem, uma empresa totalmente familiar, vem passando ao longo
524 dos anos pela família, antigamente, quem conhecia ou não a empresa, ela se ficava bem no
525 centro de Bento Gonçalves, que era um gargalo todo de mobilidade urbana, e foi trazida para
526 uma área mais periférica, digamos assim, da cidade, mas que é uma área industrial, não é
527 área rural, não tem questionamentos em relação ao zoneamento, isso tudo foi resolvido pelo

528 próprio plano físico, plano do município, antes de mais nada é importante ressaltar isso, que
529 a gente não está falando de uma empresa que não está comprometida com questões sociais,
530 muito menos questões ambientais, alguns dados baixos, a empresa tem todo um programa
531 social, com escolas, com a própria questão das família dos funcionários, que hoje, a empresa
532 sozinha, movimenta em torno de mil (1000) funcionários, são novecentos e vinte (920)
533 funcionários, diretamente afetados, em uma cadeia de quase seiscentas (600) empresas
534 indiretas, que são movimentadas pela Todeschini SA, entorno de fornecimento, matéria-
535 prima, enfim, atividades que são colocadas, e simplesmente um dado bem colocado que a
536 empresa tem, ela é a quadragésima segunda (42^a) empresa em termos de tamanho e
537 movimentação do Rio Grande do Sul, quem já viu o anuário do Rio Grande do Sul, que foi
538 medido pela FIERGS e tudo, vai confirmar que realmente ela tem. E a empresa, já faz seis
539 (6) anos que está entre as cem (100) melhores empresas pra se trabalhar. Ela tem todo um
540 programa integrado de certificação com o ISO nove mil e um (9001) e quatorze mil e um
541 (14001), e ela tem um sistema interno de excelência aonde todos os funcionários podem
542 emitir seu parecer e sua opinião sobre o funcionamento da empresa, aonde o Sr. João, que é
543 o presidente da empresa está aí, não vai me deixar mentir, onde todos os funcionários tem a
544 oportunidade e coloca a disposição e no último slide vou apresentar um caso que realmente
545 aconteceu com a empresa em termos ambientais, então a gente queria fazer, justamente um
546 histórico, pra que o Conselho, os Conselheiros colocassem, a gente tem a representante da
547 FEPAM aí também, justamente a gente quer deixar bem claro, qual foi toda a situação que
548 aconteceu no decorrer do seu licenciamento. Então a Todeschini, ela possui uma licença de
549 operação atual que foi ratificada, digamos assim, em virtude de ampliações pequenas,
550 administrativas, áreas realmente físicas que foram ampliadas, hoje ela tem uma área útil de
551 cento e treze mil metros quadrados (113.000m²), o cenário é construído, efetivo, na casa de
552 cinquenta e seis mil (56000) e uns quebrados de área construída, área total do
553 empreendimento, hoje, são quase trinta e dois hectares (32ha), sendo que desses, quase vinte
554 hectares (20ha) é floresta preservada, que não é mexida, que fica lá, intacta, depois em uma
555 imagem a gente vê melhor. Em maio do ano passado, a empresa solicitou uma licença prévia
556 ampliação, aqui junto a FEPAM aonde foi encaminhado toda a documentação, conforme os
557 termos de referência (Inaudível) de ampliação, aqui publicados pela FEPAM encontram no
558 site os termos de referência tradicionais, então se realizou todos os laudos que são
559 solicitados, no termo de referência, basicamente a parte de fauna e flora, um levantamento
560 do Bioma Mata Atlântica, tipo de vegetação pela sua fisionomia de acordo com a CONAMA
561 trinta e três (33), estágio médio, estágio avançado, espécies sendo ameaçadas ou imunes, o
562 laudo de fauna é de acordo com a solicitação do termo de referência, toda a parte de
563 geologia e sondagem, principalmente devido a parte de tratamento de efluentes, que a gente
564 sabe que a gente está na serra, que a gente não como filtrar, devido a baixa (Inaudível) que o
565 nosso solo tem, toda a questão do laudo hidrológico, tendo em vista que a gente tem a
566 ampliação de produção, consequente ampliação de geração de efluente e a gente não pode
567 fazer o descarte sem adequar, tanto a legislação do CONSEMA, quanto a legislação do
568 CONAMA, principalmente pela vasão e também pelo parâmetro do que está sendo lançado.
569 A questão de (Inaudível) quem conhece a serra gaúcha sabe que a gente não está no litoral,
570 que a gente não está em uma área plana, então a gente tem sim, restrições na serra gaúcha
571 pra construir e em termos disso a Todeschini também se preocupou muito, não posso dizer
572 que estou fugindo do morro, a gente não tem como fugir do morro na região da serra gaúcha,
573 porém a gente se preocupa em não entrar em área de preservação permanente, por
574 declividade, (Inaudível) tanto de Bento, quanto de Garibaldi, pela declividade. Se
575 encaminhou toda a documentação frente a FEPAM em relação a exigência da anuência pelo
576 IBAMA, por ter a supressão em área urbana, acima de três hectares (3ha), como é a
577 exigência da legislação, se solicitou a intervenção em APP, devido a um pequeno córrego
578 que existe, que devido a alternativa ocupacional da fábrica, por ser uma ampliação, e não
579 uma nova fábrica, a gente tinha a necessidade, de fazer essa ampliação, e passar ou seja,
580 (Inaudível), que em momento algum se retirou, deixou de falar, ou se omitiu do processo. E

581 essa APP, que a gente vai colocar na frente ali também, já estando canalizada a montante,
582 uma fábrica construída na década de oitenta (80) praticamente, e também a parte a montante
583 praticamente, toda ela canalizada, então em momento algum, se colocou o fato de ser esgoto,
584 nada disso, se colocou toda a situação, muito clara, o interesse de monitorar, interesse de se
585 realizar a obra, em virtude de uma necessidade locacional, que ou se realizava essa
586 atividade, ou a fábrica teria problemas em termos de produção. O projeto de ampliação da
587 fábrica, ela passa para duzentos e vinte mil metros quadrados (220000m²) de área útil, então
588 praticamente a área total dobra, mas em área construída, triplica. Sai de cinquenta e seis
589 (56), vai pra cento e oitenta mil metros quadrados (180000m²) a área construída, e a gente
590 tem um acréscimo de aproximadamente, mais mil (1000) funcionários. Então são mil (1000)
591 pra mais quase dois mil (2000) funcionários no total, e soma-se essa área, que são mais vinte
592 e quatro hectares (24ha). Então a área total do empreendimento, passa a ser na casa de
593 cinquenta e sete hectares (57ha) que é onde se faz todo o compute, somando as
594 propriedades, as matrículas na questão da intervenção da Mata Atlântica, e os estágios
595 concedidos. De lá pra cá o que se decorreu, a gente teve em fevereiro de dois mil e quatorze
596 (2014), um Ofício expedido pela FEPAM, solicitando várias complementações,
597 principalmente, todas associadas a intervenção na habilitação e a gente teve um item,
598 solicitando que estava terminantemente proibida a intervenção na Área de preservação
599 permanente, da forma como estava sendo proposto o projeto, (Inaudível) pelo Código
600 Florestal Federal, lá no artigo oitavo (8º), onde se coloca quais são os casos de intervenção
601 da Mata Atlântica, e se abriu ali o leque das três possibilidades, que só se poderia fazer a
602 intervenção naquele trecho de APP, se fosse utilidade pública, interesse social ou utilidade
603 pública. Disso, pra frente, a nossa coordenadoria jurídica, junto com a empresa, junto com a
604 empresa de consultoria, e tardiamente, conversando com a FEPAM, que sempre se teve um
605 diálogo muito bom, sempre fomos recebidos pelos profissionais, pelos técnicos do
606 licenciamento da FEPAM, pela assessoria jurídica, emitiu, um parecer a cerca, se seria
607 possível ou não, fazer essa intervenção, que foi colocado, embasado pelo código florestal
608 federal, e pelo código estadual do meio ambiente, pela onze mil quinhentos e vinte (11520)
609 que só poderia se fazer essa intervenção se fosse realizado um estudo de impacto ambiental
610 para o empreendimento, na mesma sequência, na mesma data aproximadamente, os técnicos
611 que estavam trabalhando no processo, ratificaram nesse parecer jurídico, trazendo pra dentro
612 do processo da Todeschini outros casos que aconteceram semelhantes no Rio Grande do Sul,
613 com outros licenciamentos, onde o próprio Ministério Público solicitou que fosse realizado
614 um estudo de impacto ambiental sempre que tivesse necessidade de intervenção em APP's.
615 Nesse período, então, enquanto estava sendo construído o termo referência, adequando a
616 documentação, a FEPAM já, em pronto-atendimento, abriu processo de pedido de anuência
617 no IBAMA, que é um dever realmente do órgão licenciador e não do empreendedor, então
618 hoje nós temos um processo administrativo, que foi aberto pelo órgão estadual, a empresa
619 simplesmente ela é, solicitada pra se manifestar como foi pedido. Em julho deste ano, foi
620 emitido o termo referência zero dois (02) pra que fosse então um processo de Licença Prévia
621 (LP), (Inaudível) transformado para metodologia de estudo de impacto ambiental, onde três
622 (3) pontos foram colocados como objetivos do (Inaudível) ampliação da área única de
623 produção da fábrica, conforme os moldes que a gente já colocou, a intervenção na APP, e
624 neste item então, foi solicitado um enquadramento, conforme algumas reuniões foram
625 conduzidas com o corpo técnico, com o corpo jurídico, com os colegas que estão aqui, que
626 trabalham na FEPAM, pra que se enquadrasse realmente, essa intervenção de APP, como de
627 interesse social, por não ser utilidade pública, não é uma obra pública, e se fosse dado esse
628 enquadramento, e daí isso ficou bem claro no termo de referência que só se poderia dar
629 entrada no processo aqui, com esse decreto publicado, e esse decreto obtido pelo Executivo
630 Federal, e a questão da supressão da Mata Atlântica, que por ser área urbana consolidada,
631 acima de três hectares (3ha) toda vegetação que a gente possui envolve, ou é estágio médio,
632 ou é estágio inicial, a gente não tem remanescentes (Inaudível) e a gente tem poucas
633 espécies ameaçadas, praticamente a área, não tem mais Araucária, uma área que foi bastante

634 degradada no ano passado, fosse submetido o processo ao IBAMA e já está tramitando. Em
635 agosto a gente obteve a viabilidade do DAER por causa do acesso, então pra poder permitir,
636 e daí se buscou tirar todo esse gargalo que existe de mobilidade na cidade, a gente tem hoje,
637 na casa de novecentos (900) veículos, sendo um terço (1/3) desses, de grande porte
638 **(Inaudível)** então, um gargalo antigo, problema que vai se resolver, também se buscou isso
639 tudo junto ao DAER, com certeza, se adiantará. Em agosto **(Inaudível)** pela questão do
640 patrimônio histórico e do ambiente natural, a área é uma área bastante impactada, tem
641 indícios de que havia uma atividade de aviários, com bastante atrito, mas se buscou o
642 processo e agora em outubro desse ano, a gente recebeu um novo Ofício da FEPAM Em
643 virtude de complementações que o IBAMA solicitou, o IBAMA, analisou o processo de
644 anuência e pediu algumas adequações bastantes específicas na parte de fauna e de flora. E a
645 grande situação de nós estarmos conversando, nós fazemos a solicitação, tem a prefeitura de
646 Bento Gonçalves e a de Garibaldi, que não pode estar presente, mas nós vamos mostrar
647 depois por que Garibaldi também está presente. É que após a tramitação, começou em
648 meados de junho, julho, na verdade mais agosto deste ano, em Brasília, para uso do decreto
649 de interesse social, capitaneado pelo governo Estadual, que também não é a empresa que
650 busca o decreto, o governo que intermede com nós. Nós fomos, digamos assim,
651 comunicados que a manifestação dessa atividade, seja, da atividade em cima da APP, não
652 deveria ser tratada como interesse social, e sim como baixo impacto, ou seja, a gente foi
653 colocado a modificar um enquadramento que foi dado, junto com a FEPAM e junto com as
654 outras entidades, mantido pelo mesmo artigo da lei, só que em outro inciso e outra linha, que
655 é a linha 'g'. Né Marcelo? Ela obrigatoriamente, pra ser enquadrada como baixo impacto,
656 tem que passar pela manifestação dos Conselhos, e no caso, o Conselho Estadual, pelo
657 licenciamento tramitado no Conselho Estadual. Só que em Brasília, ele não pediram só do
658 Conselho Estadual, eles também pediram dos Conselhos Municipais, uma vez que os dois
659 municípios fossem um licenciamento, **(Inaudível)**. Isso também já está tramitando, tanto no
660 Conselho Municipal de Defesa, que é o de Bento Gonçalves, quanto no comando de
661 Garibaldi, inclusive ele está com audiência hoje, Garibaldi hoje, e segunda o de Bento
662 Gonçalves, segunda que vem. Bom essa aqui é uma projeção da fábrica, no futuro de sua
663 construção, e que a gente tem uma forma bastante objetiva, hoje a indústria Todeschini SA
664 de uma forma indireta, só tratando os funcionários dela, com as pessoas das famílias, a gente
665 movimenta em torno de dez por cento (10%) da população de Bento Gonçalves e da região,
666 a gente está falando de uma forma indireta, de quase dez mil (10.000) pessoas, diretamente
667 envolvidas, tanto no Município de Bento Gonçalves, quanto no de Garibaldi. **Sra. Cecília:**
668 Só pra... volta lá, Elton, só pra lembrar, o por que do processo... A Todeschini, na forma que
669 ela produz hoje, ele tem que trabalhar em um processo contínuo, se nós fizermos a
670 intervenção, em duas partes, não tem como a gente conseguir produzir o processo, da forma
671 que a gente está planejando, inclusive, existem projetos também que hoje a Carraro e a
672 Criari, que são da Todeschini também, que elas venham pra essa unidade e todo o produto
673 seja produzido aqui, por isso que é um processo contínuo, e eu não tenho como quebrar o
674 pavilhão pela metade, tá. **Sr. Elton:** Depois na imagem do projeto arquitetônico, dá pra ver
675 na verdade. Claro que vários projetos existem pranchas em escala mais adequada,
676 **(Inaudível)** pra realmente se ver toda essa questão a pedido da FEPAM, a questão das
677 escalas também, de uma maneira só geral, essa aqui é a prancha do raio de mil metros
678 (1.000m) que foi solicitada com todos os recursos hídricos, a área até aqui tá um pouquinho
679 difícil de visualizar, mas é essa área que a gente instala, **(Inaudível)** de água pro loteamento
680 em toda sua porção leste da área, a porção oeste, são indústrias, que já estão instaladas, essa
681 aqui é a quatrocentos e setenta (470), em direção pra quem vai em direção ao Vale dos
682 Vinhedos e quem vai pra Veranópolis, e a empresa atual, se encontra nesta situação aqui,
683 todo o projeto de ampliação vem pra esse trecho aqui, e pega Bento Gonçalves e outras duas
684 propriedades, e outras duas do Município de Garibaldi. Ela vai estar, depois da ampliação,
685 metade em um Município, metade em outro Município, aí vai ter uma outra discussão
686 depois, que não é ambiental, depois é uma questão fiscal, que daí foge da nossa sala, nesse

687 momento. A questão dos (Inaudível) muito discutida e muito cobrada também, (Inaudível)
688 tanto para o Município de Bento, tanto para o Município de Garibaldi, as áreas são urbanas,
689 antes da lei da Mata Atlântica, foram constituídas em dois mil e seis (2006) antes da
690 publicação, por que isso foi uma discussão forte que a gente teve com a FEPAM, e em
691 relação aos percentuais que deveria se preservar? Ao que poderia suprimir? Descontando as
692 APP's e trabalhando com os percentuais de cobertura vegetal, as duas então ambas do ano
693 de dois mil e oito (2008), as duas foram (Inaudível) permitindo a construção de empresas de
694 alto impacto, ou seja, de baixo, médio e alto impacto, sem maiores restrições, e além disso
695 em todo o entorno da área, tirando já as situações já consolidada por loteamentos, estão
696 sendo ocupadas por indústrias, então a gente tem SCA, como concorrente da Todeschini, na
697 frente da empresa, empresa de transportes em Garibaldi, todas elas se instalando realmente
698 nessa região. Aqui o que a Cecília tinha colocado pra vocês, ela fica mais clara, essa porção
699 em azul é a atual fábrica e essa porção em vermelho é o projeto de ampliação. Ao longo a
700 gente tem aquele curso da água que cruza nessa região aqui, e que toda a ampliação da
701 fábrica seja, nesse sentido Norte/Sul, ou seja no sentido Leste/Oeste ele tem que ocorrer na
702 mesma (Inaudível) da fábrica atual, em virtude do processo produtivo e do sistema
703 maquinário utilizado, otimizando energia, otimizando recursos, que hoje gira, na casa de três
704 por cento (3%) de perda. Acho que um projeto todo da Todeschini, em termos de produção
705 noveleira. E mesmo nessa perda da produção, é toda praticamente reutilizada em outras
706 produções pra poder dar (Inaudível) então é uma perda muito pequena. Justamente, por
707 causa desse processo que ocorre em uma única linha, sem gastos energéticos, sem controle,
708 dentro dessa proposta aqui também, em várias discussões com a FEPAM, existe, como era
709 uma área toda com aviários, nós temos uma área de preservação também, toda aqui da parte
710 de entrada, parte oeste, aonde não se pretende fazer intervenção da maiores, não se tem
711 canalização, não se tem nada, inclusive tem proposta de derrubar todas as construções que
712 ainda existem dos antigos aviários, nós tínhamos o sistema de lavagem dos caminhões, é em
713 cima do rio, não era nem no lado, era desinfetados em cima, e simplesmente construíram
714 uma ponte por cima, pra poder fazer um novo acesso pra fábrica, então é esse o projeto que
715 tem a viabilidade junto ao DAER, pra tirar o acesso que hoje entra por dentro, pra quem
716 conhece ali a região, atravessa toda a cidade e daí chega nessa portaria atual. Bom esse aqui
717 é o mapa da cobertura vegetal, com as áreas de preservação que a gente possui dentro
718 daqueles cinquenta e sete hectares (57ha) que é atualmente a área total do empreendimento,
719 então todas essas áreas aqui ela não tem ideia de (Inaudível) muito menos essa porção leste
720 do empreendimento, nós temos só essa necessidade dentro do projeto, nessa alternativa de
721 ampliação, que daí aqui fica melhor, que é essa manchinha verde-escuro, aonde todas essas
722 poligonais aqui com pontos, é as poligonais que foram encaminhadas para o IBAMA, pra
723 pedir a anuência pela FEPAM que totaliza seis hectares (6ha) e meio (1/2), de intervenção da
724 Mata Atlântica, de um total de vinte (20)... são quase vinte e nove hectares (29ha) que a
725 gente tem, dentro do empreendimento como um todo, então a gente tá pedindo a supressão
726 de vinte e nove por cento (29%), como a gente poderia ter pedido setenta por cento (70%),
727 mas não se tem interesse, realmente a ampliação é só nesse trecho aqui e essas áreas aqui,
728 uma parte a gente sabe que vai ter que ser gravada, pela exigência da lei da Mata Atlântica,
729 porém, esse trecho, que hoje ele perfaz, aqui só tem umas imagens daqui pra a gente ver, que
730 a gente não tá falando de remanescentes, que são fragmentos realmente que se mantiveram,
731 era uma área com cultivos agrícolas no passado, tem o solo bastante removido, a rocha
732 bastante exposta, as espécies que a gente tem, (Inaudível), pra quem conhece um pouco da
733 parte da flora, são espécies que dificilmente representam nosso clima de biformação, então a
734 gente tá, digamos assim, uma fase de transição da floresta (Inaudível) sendo que a gente
735 tem, praticamente nenhuma presença da Araucária, nem a presença da (Inaudível) dentro da
736 propriedade, então as espécies que realmente representariam o nosso clima, (Inaudível) a
737 gente não possui. A gente já tem um trabalho bastante avançado de medida compensatória,
738 em relação a intervenção de Mata Atlântica, na estação ecológica de Aratinga, em virtude de
739 regularizações fundiárias dentro de uma unidade de compensação do Estado. Aonde já se foi

740 atrás de uma propriedade com vinte e cinco hectares (25ha), a gente estava propondo cortar
741 seis hectares (6ha), e compensar com vinte e cinco, em uma unidade do governo, pra fazer
742 (inaudível), que é uma das metodologias que o governo prevê, e essa prancha aqui, é onde a
743 gente demonstra a intervenção que a gente tem a necessidade pra poder fazer a ampliação do
744 processo industrial, é onde a gente tem uma faixa, que hoje gira na casa total de vinte e dois
745 mil metros quadrados (22.000m²) de intervenção, sendo desses, pouco mais de dezesseis mil
746 (16.000) no município de Bento Gonçalves, e pouco mais de oito mil (8.000), no município
747 de Garibaldi, então são as duas intervenções. A extensão total desse córrego, ele tem uma
748 previsão então de (Inaudível) parte hidrológica, dimensionamento, vazão definitiva, em
749 virtude de tubulações que existem (Inaudível). Ocorre hoje, não estou falando de nenhum rio
750 de grande magnitude, a vazão dele hoje é de dezessete litros por segundo (17L/s) em época
751 de seca e de quarenta litros por segundo (40L/s) em época de cheia, eu não tenho área de
752 inundação, pelo contrário, tenho gargalos, provocados pela canalização que foi realizada ano
753 passado, a gente deixou bem claro pra todos os Conselheiros municipais, que a empresa, não
754 tem intenção nenhuma de trancar esse arroio, de intervir nele, no sentido de barrar fluxo de
755 água ou de alterar soluções hídricas. Muito menos disse, ou se buscou a hipótese que seu
756 esgoto que por questão de saneamento (Inaudível), tanto que se apresentou, nesses três (3)
757 pontos de coleta aqui são nossos postos de amostra branca, onde a gente tem os postos de
758 controle e monitoramento da qualidade, onde inclusive a gente tem problemas, com um
759 cemitério parque que já está começando a ter indícios de contaminação. A gente já está
760 conversando com as prefeituras que faz parte dos programas ambientais do próprio termo de
761 referencia trabalhar na área de influencia indireta justamente por questões de saneamento.
762 Então a gente tem esses testes de vazão que agora já estão praticamente finalizados, onde a
763 gente fez toda a medição tanto em campo, fazendo a medição em bloco e o comparativo com
764 as medições de vazão, com as baixas históricas das estações de controle. A gente tem a bacia
765 de drenagem da região com quatrocentos e trinta e dois quilômetros quadrados (432km²)
766 com uma vazão lá embaixo no rio das antas, na faixa de quarenta e três metros cúbicos por
767 segundo (43m³/s). A nossa bacia de contribuição desse pequeno afluente, da bacia do
768 Pedrinho, que é um afluente de quarta (4^a) ordem, a gente contribui com zero, zero, zero, três
769 por cento (0,003%) da quantidade de água que está indo realmente para essa bacia. A
770 empresa já tem isso adotado como medida, não é algo que vai cair, que a empresa vai
771 discutir para fazer. São programas que já fazem parte do estudo e vão entrar e vão ser
772 adotados pela empresa e vai ser efetivado. A área de compensação da Mata Atlântica só não
773 foi adquirida ainda por que ela precisa passar pelo órgão licenciador. A execução da medida
774 compensatória ou ela vai ser revertida numa unidade existente ou os próprios municípios
775 irão criar uma unidade de conservação na Serra Gaúcha, por que não existe. Todas as
776 medidas estão sendo amparadas e quantificadas por meio de uma matriz de impacto que hoje
777 já se desenvolveu na forma de (inaudível) problemas ambientais. O monitoramento continuo
778 inicia antes mesmo da obra e duram até algum tempo depois da LO, com o programa de
779 monitoramento da qualidade das águas e o programa de monitoramento de fauna. Esses
780 programas não são só dentro da obra, são dentro também das áreas de influencia direta, com
781 a população afetada e com os poderes municipais. Só para deixar claro que a empresa
782 sempre teve esse interesse. Em dois mil dois (2002) a empresa recebeu o Prêmio Mérito
783 Ambiental da FEPAM, justamente por um programa desenvolvido pelos funcionários. A
784 gente agradece a oportunidade.” **Sr. Enio de Paris:** “Então as espécies que realmente
785 representariam nosso clima de vegetação ali a gente não possui... Agente já tem um trabalho
786 bastante avançado nas medidas compensatórias em relação à intervenção da Mata Atlântica
787 e preservação Ecológica de Aratinga em virtude de regularizações fundiárias dentro da
788 unidade de preservação do estado. A onde já se foi atrás de uma propriedade de vinte e
789 cinco (25) hectares. Onde estamos propondo cortar seis (6) hectares, recompensar vinte e
790 cinco (25) (inaudível) do governo, em regularização fundiária, que é uma das metodologias
791 que o governo prevê. E esta prancha aqui é onde a gente demonstra a intervenção que a
792 gente tem a necessidade pra poder fazer a ampliação da fábrica, dentro do processo

793 industrial. Então nos temos uma faixa que hoje gira na casa total de vinte e dois mil metros
794 quadrados (22.000m²) de intervenção. Dentro deles pouco mais de dezesseis mil (16mil)
795 dentro do Município de Bento Gonçalves, e pouco mais de oito mil (8) mil no município de
796 Garibaldi. Então estas são as duas intervenções. A extensão total deste córrego, onde tem
797 uma previsão, ainda estamos trabalhando com a parte hidrológica e direcionamento mais
798 definitiva em virtude (inaudível) de tubulações que existiam lá antes. O córrego hoje é estas
799 imagens que agente tem aqui, como podemos observar não é nenhum rio, nem grande
800 vasão. Sendo a vasão dele hoje, aproximadamente dezessete litros por segundo (17L/S) em
801 época de seca e quarente litros por segundo (40L/s) em época de cheia. Eu não tenho a área
802 de inundação, mas ele tem gargalos provocados pela canalização que foi organizada no
803 passado. A gente deixou bem claro para todos os conselheiros municipais, que a empresa
804 não tem a intenção nenhuma de trancar este arroio, de intervir nele no sentido de barrar o
805 fluxo de água ou de altera suas condições hídricas. Muito menos se disse, ou se buscou, a
806 hipóteses de se mandar para o esgoto por questões de saneamento... Não, em nenhum
807 momento fez-se isso. Tanto que se apresentou, nestes três pontos de coleta, estes são nossos
808 postos de amostras brancas. Onde se tem os postos de controle e monitoramento da
809 qualidade, onde inclusive se tem um problema com o cemitério perto, que já esta se
810 começando a inicio de contaminação... Onde a gente já esta conversando com as prefeituras
811 que fazem parte dos programas ambientais do próprio terno de referencia, trabalhar a
812 influencia direta e principalmente por questões de saneamento. Então a gente tem estes
813 testes de vasão, eles estão praticamente finalizados e onde fizemos todas as medições tanto
814 em campo quanto a régua e toda a medição (inaudível) em comparativo com as vasões.
815 Para ter as medições de vasão com as bases históricas de controle. E temos a bacia e
816 drenagem da região com quatrocentos e trinta e dois quilômetros quadrados (432Km²) com
817 uma vasão lá em baixo, quando o rio das Antas em taquari, na faixa de quarente e três
818 metros cúbicos por segundo(43m³/s). E a nossa bacia de contribuição (inaudível) com este
819 pequeno afluente que é de quarta ordem (4º) a gente contribui com zero (0) ponto zero (o)
820 três por cento (3%) a quantidade de água que está indo realmente para a esta bacia maior.
821 Dentro de medidas e programas, a empresa já tem adotado como medida, não é algo que a
822 empresa vai parar ou começar a discutir pra fazer. São programas que fazem parte dos
823 estudos de entrar num licenciamento e são adotados pela empresa pra ser de fato
824 incentivado. A área de compensação da mata atlântica só não foi adquirida ainda porque ela
825 precisa passar pelo perito do ente licenciador. As execuções da medida compensatória como
826 a maioria dos senhores sabem, sabem que ela pode ser revertida em uma área já existente ou
827 os próprios municípios junto com os conselhos municipais, poderão criar uma unidade de
828 preservação ali na serra gaúcha, principalmente dentro das próprias cidades de Bento
829 Gonçalves e Garibaldi... Porque não existe uma grande área assim existente. Todas as
830 medidas foram amparadas e estão nas sendo providenciadas. As medidas de impacto que
831 hoje se desenvolveram de forma (inaudível)... De programas ambientais contínuos, não
832 iniciam antes da obra. Algumas ainda ganham um tempo depois da licença. Como é o
833 programa de qualidade da água e do monitoramento de fauna. E estes programas não são
834 apenas pela obra. São pelas influencias diretas com a população afetada e com os poderes
835 municipais. E so para poder finalizar, gostaria de deixar claro, que empresa tem sempre o
836 interesse, e sempre demonstrou isso, em dois mil e dois a empresa ganhou o premio de
837 mérito ambiental da própria fepam, justamente porque desenvolve um programa pelos
838 funcionários. Onde ela tem um programa de prevenção aos impactos locais e ambientais.
839 Que minimizam a geração de resíduos. E com isso, todo o funcionalismo recebe uma
840 premiação justamente por esta ação. Obrigado!” **Sra. Lisiane Becker:** “Só a corticeira
841 fazem parte. Os animais não são só ameaçados ou as espécies são imunes. Existem outros
842 seres que estão na lista de direito de viver que estão na lista. Então este tipo de susídio que
843 eu acho que seria interessante que fosse visto mais aprofundadamente numa Câmara Técnica
844 para ter uma base melhor.” **Sr. Elton Boldo:** “Esses dados, claro nós não temos como trazer
845 todos esses dados seria bastante tempo. A gente colocou à disposição da Presidência do

846 Conselho por ser uma habilitação inicial. Todos os dados que forem necessários a gente vai
847 colocar à disposição. O inventário de fauna, o inventário de flora, todos os dados e
848 programas base que a fase de licenciamento pede. Então, todos esses dados assim que forem
849 solicitados, certamente a gente apresenta.” **Sr. Neio Lúcio (Presidente)**: “Eu tenho quatro
850 (4) ou cinco (5) pessoas que se inscreveram, eu tenho uma sugestão. A ideia é que nós
851 ouvíssemos a FEPAM e o IBAMA e depois nós daremos os encaminhamentos. Pode ser?
852 Ok. Pode ser a FEPAM primeiro. Chagas, por favor.” **Sr. Chagas (FEPAM)**: “Vou fazer um
853 esclarecimento especificamente quanto a esse licenciamento. Eu coordeno ele desde que
854 entrou na FEPAM, não diretamente, pois a coordenadora do EIA-RIMA é a engenheira
855 Vanessa que está aqui. Dois (2) motivos nós exigimos. O primeiro (1º) a supressão. No
856 início não passava de três hectares (3ha), então não haveria anuência do IBAMA. O segundo
857 (2º) que era indispensável a intenção do córrego. Se não fosse a questão legal, hoje existente,
858 em momento algum nós exigiríamos o que está sendo exigido. Ele já é impactado. A distante
859 deles, o mesmo córrego passa por baixo de uma fábrica. No licenciamento nós já
860 vislumbramos ganhos. Nós estamos exigindo outros córregos da região na mesma
861 microbacia que a Todeschini se responsabilize por recuperar. Todo o pessoal nosso do meio
862 biótico e físico avaliou. Existe uma questão legal a ser vencida. Se não houvesse essa
863 questão legal nós não estaríamos aqui. Foi a forma que a FEPAM viu de buscar colocar para
864 a empresa. Nós achávamos que seria dentro do que nós colocamos no termo de referência,
865 que seria o Artigo terceiro (3º), inciso nono (9º), alínea g. Não entendi, vocês irão mudar de
866 artigo?” **Sra. Cecília Ceconi**: “Não nós.” **Sr. Chagas (FEPAM)**: “Sim, tudo bem. A questão
867 técnica. O que ocorreu foi isso. Isso já tramita há um ano e meio (1ano e 6meses), dois (2).
868 Nós analisamos como um processo ordinário. Quando se deparou com essa... A própria
869 Todeschini aumentou o empreendimento dela que daí a necessidade passou de três (3) para
870 seis (6) hectares. Nós colocamos ao IBAMA. Infelizmente ficamos amarrados na questão
871 legal. A questão técnica e ambiental nós temos plena segurança o nosso Corpo Técnico de
872 que não haveria maiores problemas, inclusive conseguiria exigir algum ganho na área da
873 micro bacia.” **Sr. João Pessoa**: “Sou o Superintendente do IBAMA no Estado do Rio
874 Grande do Sul. Foi solicitado pra mim, até de Brasília. Eu dei uma estudada nesse processo
875 de anuência que tramita no IBAMA. Da nossa parte, onde o IBAMA participa desse
876 processo, até por que a figura da anuência prevista ela não é um (1) duplo licenciamento.
877 Essa é a importância de se entendermos. Nós anuímos para a supressão de vegetação. Então,
878 nós temos o entendimento que a análise pelo órgão licenciador... A manifestação do órgão
879 licenciador ela vai ser a nossa tomada de posição no tocante a questão do próprio... É
880 importante a análise e nós somos bastante minuciosos nessa questão da supressão. Nós
881 temos que cumprir tudo, a Instrução Normativa da FEPAM, a Lei da Mata Atlântica e o
882 próprio Decreto, assim nos obriga. Somos bastante minuciosos, mas nesta questão específica
883 eu vejo que há um posicionamento muito da FEPAM e do próprio Conselho que aqui nós
884 vamos nos manifestar. Concordo com a posição da Lisiane. Eu acho que isso tem que ser
885 levado por outro... uma Câmara Técnica para uma discussão, até para que isso evite. Aqui no
886 nosso estado, a nossa experiência é a seguinte: processo em Mata Atlântica que começa, tem
887 alguma discussão e acaba judicializando. Então é melhor que isso saia redondo daqui para
888 que evite um processo de judicialização, que é muito comum. Nós participamos lá no
889 Marrecas, em Caxias. É um processo que guarda um pouco de semelhança. Isso judicializou.
890 Nós fomos chamados ao Tribunal e o encaminhamento dado pela anuência permitiu que o
891 empreendimento fosse finalizado. É importante que a gente... isso pode ser pedido com
892 caráter de urgência. Não vai ter como numa simples apresentação ou outra proposta é que o
893 órgão licenciador traga o seu posicionamento claro, aqui e a gente coloque posteriormente a
894 votação. Eu não sei daí se a totalidade do CONSEMA vai estar contemplada. A minha
895 sugestão... o IBAMA aqui só anui a supressão. A posição é do órgão licenciador, no caso a
896 FEPAM. **Sr. Ivo Lessa**: “Eu entendo que na apresentação (inaudível). Quem lê quase que
897 diariamente que está bem claro ao CONSEMA. Cabe ao CONAMA ou ao CONSEMA ser
898 considerado de atividade de baixo impacto ambiental, conscientizar ou autorizar ou alguma

899 solução no sentido de deliberando. Entendo o que o Professor colocou na apresentação na
900 Câmara Técnica. Eu colocaria que parece que a gente imaginava uma vez que é levar uma
901 discussão, no engessamento ou burocratização de uma coisa que pra mim é clara. Está lá,
902 considerada de atividade de baixo impacto ambiental uma decisão do Conselho e acabou a
903 discussão. A FEPAM já se posicionou que ambientalmente no projeto todo não vê problemas
904 em licenciar. Cabe depois desse processo todo a anuência do IBAMA. Ou nós vamos passo a
905 passo evoluindo caso a caso, ou o (inaudível). Hoje a posição que é órgão ambiental do
906 estado, o licenciamento. (inaudível). Praticamente o João Pessoa colocou que não teria
907 problema do IBAMA. Eu acho que nós podemos encaminhar nesse sentido. Ficaria bem
908 mais tranquilo e eu não vejo porque nós voltarmos numa Câmara Técnica. Nós temos mais
909 uma (1) reunião até o início do ano. Provavelmente não iria pra esse ano para a Câmara
910 Técnica. (inaudível). Nós estamos falando seis (6) meses. Eu acho que é uma questão muito
911 mais tranquila para a gente resolver, garantido pelo novo Código Florestal, cumprindo a
912 legislação da Mata Atlântica. Essa é a ação mais prudente que a gente deve tomar aqui.
913 Obrigado!” **Sr. Eduardo Stumpf**: “Num primeiro (1º) momento eu acho que esse assunto
914 nem deviria vir ao CONSEMA, que é um Conselho mais deliberativo. O licenciamento ele
915 está nos órgãos licenciadores. A gente teve aqui a demonstração dos órgãos que é uma
916 atividade de baixo impacto, talvez nem EIA-RIMA necessitasse. Existe essa necessidade de
917 ir para o IBAMA tendo em vista o formalismo de entre zero e três hectares (0ha-3ha) e três e
918 meio (3,5ha). Ao CONSEMA que é um órgão soberano que (inaudível) até de aprovar essa
919 anuência, depois eventualmente talvez a FEPAM nos proponha para normatizar que é o que
920 está escrito na legislação. O que compete ao órgão executivo (FEPAM e SEMA) que é
921 propor Normas e Padrões para serem aprovados pelo CONSEMA. Nesse momento, o que
922 nós temos hoje... uma dúvida, pois o Conselho é soberano e está aprovado que
923 ambientalmente o impacto baixo, tendo em vista que é uma área consolidada. Minha
924 proposta é que a gente aprove essa anuência e depois a FEPAM nos traga as propostas de
925 padrões, parâmetros em relação à intervenção em APP e etc. Não há uma normativa da Mata
926 Atlântica também, que também tem dado confusão nos municípios.” **Sr. Mauro Kotlhar**:
927 “Como Conselheiro e estou há bastante tempo no CONSEMA não me lembro de ter
928 enfrentado uma situação deste tipo de discussão aqui. Isso eu vejo como uma oportunidade
929 de que se quebre o protocolo. A gente tem uma impressão de que aquela atividade...
930 (inaudível). Independente do caso específico acho que é uma oportunidade de se regrar um
931 procedimento aqui dentro. Talvez surjam outros. Detalhar quais os passos que um processo
932 tem que seguir para que se sintam seguras. Os órgãos de licenciamento do estado podem
933 fazer uma Minuta de uma Resolução, determinando procedimentos no intuito de contribuir.”
934 **Sra. Carolina Alencar**: “Boa tarde senhores conselheiros! Sou da Assessoria Superior do
935 Governador. Queria colocar aqui algumas questões só para esclarecer. A gente vem
936 acompanhando esse processo da Todeschini, muito em conversas com a Prefeitura de Bento
937 Gonçalves e de Garibaldi. Ontem, quando nós recebemos a informação de que o IBAMA
938 estaria mandando de volta para a FEPAM esse processo, por entender que era baixo impacto,
939 que não necessitaria do Decreto que anteriormente foi solicitado. Nós já tínhamos feito
940 diversas conversas com a Presidência da República, com o Ministério do Meio Ambiente e
941 com o IBAMA para que esse Decreto fosse formalizado e a gente pudesse dar continuidade
942 a esse licenciamento. Veio uma manifestação do IBAMA para a empresa dizendo que vai
943 precisar passar pelos Conselhos. Obviamente isso vai ser formalizado. Esse processo ainda
944 não retornou do IBAMA para cá. Eles solicitaram que antes de retornar para cá os
945 municípios enviam os seus pareceres, dos seus Conselhos, para o IBAMA, para eles
946 anexarem ao processo e posteriormente vir para cá. Isso quem passou essa informação foi o
947 Adriano, da SDPI, que está acompanhando isso. Ele esteve no IBAMA e no Ministério do
948 Meio Ambiente em reunião tratando desse assunto junto com a Todeschini, junto com outros
949 atores deste processo. Essa formalização vai haver, o Conselho vai receber isso
950 formalmente. Vimos, depois de procurado pela Prefeitura e pela Todeschini a importância
951 disso passar pelos Conselhos e os Conselhos já começarem a se apropriar desse debate,

952 dessa discussão para na hora de chegar aqui não haver maiores entraves. Então, a
953 oportunidade de haver essa apresentação, dos conselheiros poderem ter o conhecimento do
954 que é esse processo e não chegar algo que tem que decidir amanhã, sem ter passado antes
955 por aqui, sem os conselheiros terem a oportunidade de conhecer. Acho que é bem importante
956 nesse momento e quando chegar esse pedido do IBAMA vai ser justamente no sentido de
957 que o Conselho se manifeste, o Conselho tenha a oportunidade de se manifestar já com o
958 conhecimento do processo.” **Sra. Silvia Rudek:** “Pelo posicionamento já da FEPAM e
959 interesse dos municípios é o desenvolvimento local, regional. Não tem por que nós não
960 contribuir para que esse processo continue.” **Sr. Darci Campani:** “Eu acho que as
961 informações estão dadas e temos condição de fazer a votação. Temos que aproveitar o
962 momento, pois o papel da Câmara Técnica é nos propor a regulamentação. Isso não vamos
963 conseguir discutir em Plenário. Aproveitar o estudo de caso para enviar para a Câmara
964 Técnica de Biodiversidade que ela nos proponha uma proposta de regulamentação. Se não,
965 não estaria na Lei que em casos de baixo impacto teria que vir para o Conselho e o Conselho
966 seria obrigado a aprovar. Tem que ser apreciado, só que tem que ter as regras. Estamos em
967 um caso que se a gente for esperar a regra para aprovar, estaremos postergando para depois.
968 Acho que não tem problema nenhum da gente decidir aqui. Proponho que a gente aprove e
969 depois encaminha para a Câmara Técnica a proposta de regulamentação. **Sr. João Pessoa:** “é
970 bem como o Campani falou, se não nós não precisaríamos de um decreto da Presidenta, de
971 interesse social. Foi visto que não seria caso de interesse social, baixou para cá. Precisa da
972 manifestação do Conselho. Tem a urgência. Eu acho que tendo a manifestação do órgão
973 licenciador que é baixo impacto, nesse caso específico. Deixo registrado que é necessário
974 regramento, por que se não qualquer intervenção em APP vai se chegar aqui no CONSEMA
975 na pressa que a gente sabe como funciona um licenciamento, na véspera de um recesso aqui
976 do conselho, mudança aqui de governo e vai se aprovar. Então tem que ter regramento
977 dentro do CONSEMA para todas as intervenções em APP. Nesse caso específico a
978 manifestação para o IBAMA que é um órgão licenciador, mas eu deixo registrada a
979 necessidade urgente de ser regrado aqui dentro da passagem que a Câmara Técnica
980 estabeleça o mínimo de regramento para as intervenções porque senão vai ficar o
981 CONSEMA, um mero carimbador, e não precisaria CONSEMA o próprio órgão licenciador
982 faria. Tá certo?” **Sr. Neio Lúcio (Presidente):** “Pelo que eu pude depreender, vou dar minha
983 opinião aqui, não sou legislador nem especialista na área ambiental, mas de conselho eu
984 conheço um pouquinho, é tem uma preocupação política de haja, apresentada aqui pelo
985 representante do IBAMA, de que haja uma judicialização, uma preocupação política. Do
986 ponto de vista do licenciamento, quem dá opinião é o órgão licenciador e ele deu. A FEPAM
987 deu a sua opinião, por uma exigência, é, da legislação federal ficou um certo vácuo aqui,
988 então eu concordo com a proposta encaminhada aqui pelo Campani tendo em vista que este
989 processo está correndo a bastante tempo mas que também o conselho precisa montar uma
990 forma de como avaliar este tipo de processo, nós não somos o órgão licenciador, conselho
991 não é órgão licenciador, conselho traça políticas de licenciamento até. Então eu acho que o
992 encaminhamento dado pelo Campani é o melhor, porque a gente tomou conhecimento do
993 assunto é algo de baixo impacto, eu já tinha tomado conhecimento, acho que no início deste
994 ano, protocolado aqui pelo diretor da FIERGS, **(inaudível)** a gente acabou indo a Bento em
995 outro evento, passei na região para ver o que era, este córrego está cheio de indústria, tem
996 uma até que está em cima até para ter uma ideia. Não é isso? Vocês que estiveram lá com da
997 FEPAM. Então eu acho que nós temos que dar este aval para a FEPAM que nós acreditamos
998 que fazem um bom trabalho aqui e nós devemos aprovar e encaminhar a câmara técnica para
999 dar o devido encaminhamento assim que o processo chegar. É a minha sugestão.”
1000 **(inaudível) Sra. Lisiane Becker:** “Eu tenho uma dúvida sobre o que ela falou a pouco, ela
1001 disse que este processo foi e tem que voltar, e que nós teríamos um tempo para se apropriar e
1002 tá tá tá. Foi que entendi. Uma coisa é urgente né, para ontem, e para amanhã então eu não
1003 vejo e estou fazendo uma pergunta para ela pois foi isso que eu entendi. Não me parece que
1004 seja uma coisa, nem pra ontem nem para amanhã. Nós teríamos um tempo, e nós

1005 poderíamos já aproveitar esta oportunidade já que não é uma urgência e aproveitar este caso
1006 para iniciar este regramento e trazer uma opinião mais aprofundada, pois eu vou dizer uma
1007 coisa eu confio muito nos órgãos ambientais, mas nós temos diversos exemplos, eu nem vou
1008 citar, pois são de conhecimento público. Então não é porque o órgão aprovou que eu
1009 conselheira vou aprovar também. Eu acho que seria uma oportunidade impar de já não só
1010 trabalharmos o regramento, mas também nos munirmos de mais consistência para poder dar
1011 o aval. Eu como eu realmente represento um setor né eu tenho que ter retorno, então eu não
1012 vou aqui aprovar ou desaprovar sem consultar a minha base e me admira muito certos
1013 setores terem se pronunciado aqui sem terem consultado a sua base, nós somos
1014 representantes, por isso eu deixo este encaminhamento, que nós como não temos urgência,
1015 não precisa fazer hoje, inclusive ela deixou bem claro isso. “De aproveitarmos, e
1016 encaminharmos para a Câmara Técnica para as duas (2) finalidades.” **Sr. Ivo Lessa:** “Na
1017 verdade isso está virando uma confusão, nós não somos licenciadores, licenciador é a
1018 FEPAM. Aqui é um processo que o João pessoa colocou muito bem aonde o IBAMA vai dar
1019 uma anuência, dentro deste processo, a nova lei tá dizendo assim, precisa (inaudível)
1020 ambiental, eu concordo com a proposta do Campani e reforçada. O IBAMA veio aqui disse
1021 que está tudo bem, a FEPAM se manifestou, o que cabe a nós? OK. Vai adiante e vamos
1022 baixar para a Câmara Técnica de Biodiversidade da qual eu só o presidente, e acato a
1023 determinação do presidente do CONSEMA. E buscarmos uma formatação né e já também
1024 pedindo auxílio ao nosso biólogo aqui que apresentou tão bem o tema, como nós vamos
1025 construir e vamos fazer esta resolução até porque tem que se fazer esta resolução. É isso que
1026 nós estamos discutindo, nós não estamos licenciados! Mas é que na análise que vem sendo
1027 feita parece que nós vamos analisar o (inaudível) nós não vamos analisar o (inaudível) e
1028 quem vai dar a anuência é nós e o IBAMA. Ponto é isso e acabou. Infelizmente Lisiane nós
1029 sempre trabalhamos como se fossemos órgão licenciador, nós não somos órgão licenciador e
1030 não vamos analisar o estudo de impacto ambiental. A anuência aqui dada hoje não impacta
1031 em nada em sair ou não a licença. É só uma questão de praxe que precisa é isso que tu tem
1032 de entender. Então tu pega o Código Florestal e vai ler o que está escrito, tu não está
1033 discutindo uma posição que está no código tu está discutindo uma posição de ONG e ponto
1034 é isso que tu tem de entender, a lei diz isso. **Sra. Carolina Alencar:** “Só para esclarecer aqui
1035 uma coisa. Pelo que eu conheço da legislação, dei uma olhada neste assunto e nos
1036 enquadramentos que foram feitos, o anterior e o atual. O conselho não dá anuência de nada,
1037 quem dá anuência é o IBAMA, o conselho vai dizer: o que o IBAMA está mandando está
1038 ok, nós temos conhecimento e damos um parecer favorável de que isso é baixo impacto.
1039 Urgência há, por obvio, acho que a empresa ter urgência de quê isso saia para que eles
1040 possam construir, a população tem urgência para que tenha empregos na região, então
1041 urgência há. O que ocorre, nós não vamos votar hoje qualquer coisa pois o processo está em
1042 Brasília, ele não voltou para cá, ele precisa vir para cá para poder o conselho se manifestar.
1043 E aí o que o conselho pode fazer hoje, Ivo eu sou governo e tenho o maior interesse de que
1044 este processo seja aprovado, que o conselho possa dar este parecer, inclusive pode ficar
1045 agendado que na reunião de dezembro isso possa ser feito. Só que é o seguinte a gente não
1046 pode dar parecer sobre uma coisa que está lá. A gente não pode passar por cima da
1047 legislação. É o entendimento que eu tenho neste momento. O que o conselho pode votar hoje
1048 é o seguinte, nós vamos fazer um parecer na próxima reunião, vamos apresentar ele para que
1049 os conselheiros digam que tudo bem, ou se manifestem de outra maneira.” **Sr. Chagas
1050 (FEPAM):** “Só comunicar duas coisas: primeiro, a posição, a proposta apresentada pelo
1051 Campani, se já existisse estaria bem melhor, nós nem estaríamos discutindo isso. Como os
1052 técnicos da FEPAM nos colocaram a questão APP nos dificulta muito o licenciamento e
1053 agora vendo esta discussão, foi até bom, no ano que vem vai ser outro conselho mas não
1054 interessa, nós vamos propor sim alguns regramentos porque nós temos dificuldade que a
1055 nossa assessoria jurídica nos regre. Especificamente quanto a questão Todeschini é uma
1056 verdade dizer que a ela tenta este licenciamento a dois anos conosco, e justamente por estes
1057 entraves legais ele não andou. Segundo, eles não vão conseguir protocolar ele, se um dos

1058 itens é o decreto federal, a colega aqui está dizendo que ao invés de decreto federal vai vir
1059 outro sei lá documento, que o IBAMA de lá vai encaminhar, mas há necessidade disso, e se
1060 esse documento diz que tem de ter o OK do CONSEMA e dos conselhos municipais, o tudo
1061 bem não vem o decreto mas tem de ter o ok da FEPAM e a manifestação de Ok dos três
1062 conselhos, então se não tiver isso, não adianta a empresa querer que nós não vamos aceitar
1063 lá embaixo o protocolo então isso também é uma verdade, agora como é que se faz aqui? Eu
1064 não participo do CONSEMA. Então eu deixo com vocês. **Sr. Darci Campani:** “Uma
1065 questão de ordem aqui que a gente tá discutindo uma coisa e perdendo tempo, se a gente
1066 pode votar aqui mês que vem, então a gente vota e faz a discussão mês que vem. No meu
1067 entendimento legal, a não ser que o presidente do conselho me diga outra coisa, não
1068 podemos votar porque o processo não está aqui. Agora, qual é o processo? O processo de
1069 licenciamento da FEPAM tá aqui. E no meu entendimento, tenho 35 anos de servidor
1070 público e a gente acaba dando palpites e não somos advogados nem qualquer coisa, o nosso
1071 posicionamento é com relação ao processo da FEPAM. Não em relação ao processo do
1072 IBAMA o IBAMA foi questionado de uma coisa e está nos dizendo outra coisa. **(inaudível)**
1073 A FEPAM já está nos dizendo que é de baixo impacto, então o arcabouço jurídico já está
1074 pronto com relação ao processo da FEPAM, não precisa-se esperar o processo do IBAMA.
1075 **Sra. Carolina Alencar:** “É, o entendimento é que o processo está lá, mas se ele está aqui...”
1076 **Sr. Neio Lúcio (Presidente):** “Fala a relatora do processo.” **(NOME? FEPAM):** “Na
1077 verdade está correndo dois processos, em que eles entraram com a solicitação e realmente
1078 este processo está aqui, na FEPAM e já é um processo de arrima. Só que se tem este outro
1079 processo que foi para Brasília, em função de que a gente no termo de referência solicitou o
1080 decreto. Foi esta a questão, então foi por isso que Brasília se manifestou lá dizendo que seria
1081 baixo impacto e precisaria destas questões, mas se tem um processo aqui.” **Sra. Carolina**
1082 **Alencar:** “Se o processo está aqui pode ser votado.” **Sr. João Pessoa:** “Eu acho que a
1083 confusão, que... O processo de licenciamento está aqui, está na FEPAM, aí foi encaminhado
1084 para Brasília para a presidenta, quem assina é a presidenta da republica o decreto de
1085 interesse social, foi pedido uma consulta ao ministério do meio ambiente, ao ministério e
1086 não IBAMA e o ministério se posicionou que não seria interesse social, tá. O ministério deu
1087 um parecer para a casa civil que não seria caso de interesse social, neste processo aqui, que
1088 não tem nada a ver com este processo que a coordenadora acabou de dizer.” **(inaudível) Sr.**
1089 **João Pessoa:** “Não foi considerado lá em Brasília que sairia o decreto de interesse social,
1090 não tem como continuar o processo aqui pela FEPAM, para intervenção em APP tem que ter
1091 a manifestação do conselho com relação ao impacto. O processo de anuência com relação ao
1092 IBAMA tramita para e passo. Tanto que encaminhamos um ofício a FEPAM enviou para
1093 vocês, está tramitando. A unica coisa que temos de definir aqui, e eu acho que o conselho
1094 está apto para votar, se a FEPAM tem este posicionamento o conselho precisa se manifestar
1095 quanto a isso. O que eu solicitei é que não se tem regramento quanto a isso. Então é isso. **Sr.**
1096 **Neio Lúcio (Presidente):** “Vê se eu entendi, na verdade este processo que foi para Brasília,
1097 vai morrer, não vai existir mais, porque a solicitação que foi feita era para decretar interesse
1098 social, então isso morreu. O que vai ter é este processo aqui, o que se quer é que nós
1099 opinemos sobre este processo que está aqui. Eles querem ouvir a sociedade sobre isso, então
1100 que veio do decreto de interesse social, o interesse social vai ser dado pelos conselhos
1101 estaduais e municipais. O parecer que é baixo impacto substitui o Decreto pela
1102 manifestação. Portanto estamos aptos a votar. Em votação, quem concorda favor levante o
1103 crachá. Pode baixar. Quem discorda? Um (1) voto. Abstencões? Está **aprovado.** **Sra.**
1104 **Lisiane Becker:** “Declaração de voto: Nada contra a empresa, o município ou região, mas
1105 simplesmente para ter um parecer no mínimo teríamos de ter um regramento na câmara
1106 técnica.” **Sr. Neio Lúcio (Presidente):** “Assuntos gerais.” **Sra. Lisiane Becker:** “Só estou
1107 pedindo novamente” com relação à resposta a ofícios anteriormente encaminhados e as
1108 solicitações feitas em plenário com relação ao PEASQ que já faz um ano e dois meses que
1109 saiu o edital, as entidades que foram selecionadas estão tendo perdas porque o calculo todo
1110 foi feito para os próximos meses, com relação organograma e programa de desembolso

1111 orçamentário e nada do dinheiro já faz mais de um ano e estou ficando apreensiva é a
1112 segunda vez que ganhamos um edital do governo e nada do dinheiro. Então quero uma
1113 resposta oficial, pois faz mais de um ano e nada do dinheiro.” **Sra. Ananda de Oliveira:**
1114 “Nós entramos em contato com os setores responsáveis e todo o corpo da educação
1115 ambiental sendo dando prioridade ao primeiro lugar, sendo protocolado um pedido de
1116 urgência, vamos cobrar por escrito e te trazer na próxima reunião, sendo a prioridade para
1117 vocês da Mira-Serra.” **Sr. Darci Campani:** “Nós tivemos em alguma reunião a aprovação de
1118 uma Câmara Técnica para remediação de áreas degradadas e estamos preparando o
1119 seminário em outubro e saiu a portaria, acho que seria interessante dar mais um passo a
1120 frente e consolidar a câmara técnica aqui no CONSEMA. E convido o secretário municipal
1121 de Bento Gonçalves o convido para participar de um debate em Bento dia 25 e no mesmo
1122 dia haverá debate na UCS em Canela sobre Gestão Ambiental e Turismo Rural. “Mandarei o
1123 convite por e-mail.” **Sr. Eduardo Stumpf:** “Colocou da solenidade do dia 3 e 4 de
1124 dezembro com uma solenidade dos comitês de Bacias em Caxias, sendo firmado um
1125 convênio com o estado, trabalhando com a mobilização social.” **Sr. Neio Lúcio**
1126 **(Presidente):** “Não havendo mais inscritos, damos por encerrada a reunião. Muito obrigado
1127 pela presença de todos!”
1128
1129

1130 **Neio Lucio Fraga Pereira**
1131 Presidente do CONSEMA
1132 SEMA

1136 **Torvaldo Marzolla**
1137 FIERGS O proj

1141 **Ivo Lessa**
1142 FARSUL

1146 **Eduardo Osório Stumpf**
1147 Fórum Gaúcho dos Comitês de Bacias Hidrográficas

1151 **Alberto Niederauer Becker**
1152 SSP/RS

1156 **Sandra Berto**
1157 SERGS

1161 **Darci Campani**
1162 Instituição Universitária Pública

1164
1165
1166
1167
1168
1169
1170
1171
1172
1173
1174
1175
1176
1177
1178
1179
1180
1181
1182
1183
1184
1185
1186
1187
1188
1189
1190
1191
1192
1193
1194
1195
1196
1197
1198
1199
1200
1201
1202
1203
1204
1205
1206
1207
1208
1209
1210
1211
1212
1213
1214
1215
1216

Carla Andreia Schuh
FETAG/RS

Pedro Henrique Correia Filho
SEPLAG

Lisiane Becker
ONG Mira-Serra

Diogo Machado Nunes
SDPI

Silvia Rudek Wathier
FAMURS

Lonita Tereza Ziani Gonçalves
SEDAC

Mauro Kruther Kotlhar
SES

Itabajara Vaz
Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul

Ivonete Fatima Tazzo
SEAPA

Rafael Volquind
FEPAM

João Pessoa R. Moreira Junior
IBAMA

1217
1218
1219
1220
1221
1222
1223

Ana Rosa Severo Bered
Corpo Técnico da ASFEPAM

Daniel Chies
ONG Os Amigos da Floresta